



- **Simbolismo e Matemática para a régua de 24 polegadas: uma relação histórica (DE MENEZES; DA COSTA).**
- **Coevolução da Agricultura e da Civilização: sinopse histórica e alguns aspectos iniciáticos (VIDAL).**
- **O cemitério como espaço de construção da memória maçônica (FRANCISCO).**
- **Considerações sobre a regularidade maçônica (DOS ANJOS).**
- **Contribuições da Maçonaria na Educação Brasileira (CAMPELO).**
- **Os 33 primeiros Supremos Conselhos do Mundo (ISMAIL).**
- **RESENHA: Ordem sobre o Caos, de Kenyo Ismail (CHAVES FILHO).**



# C&M

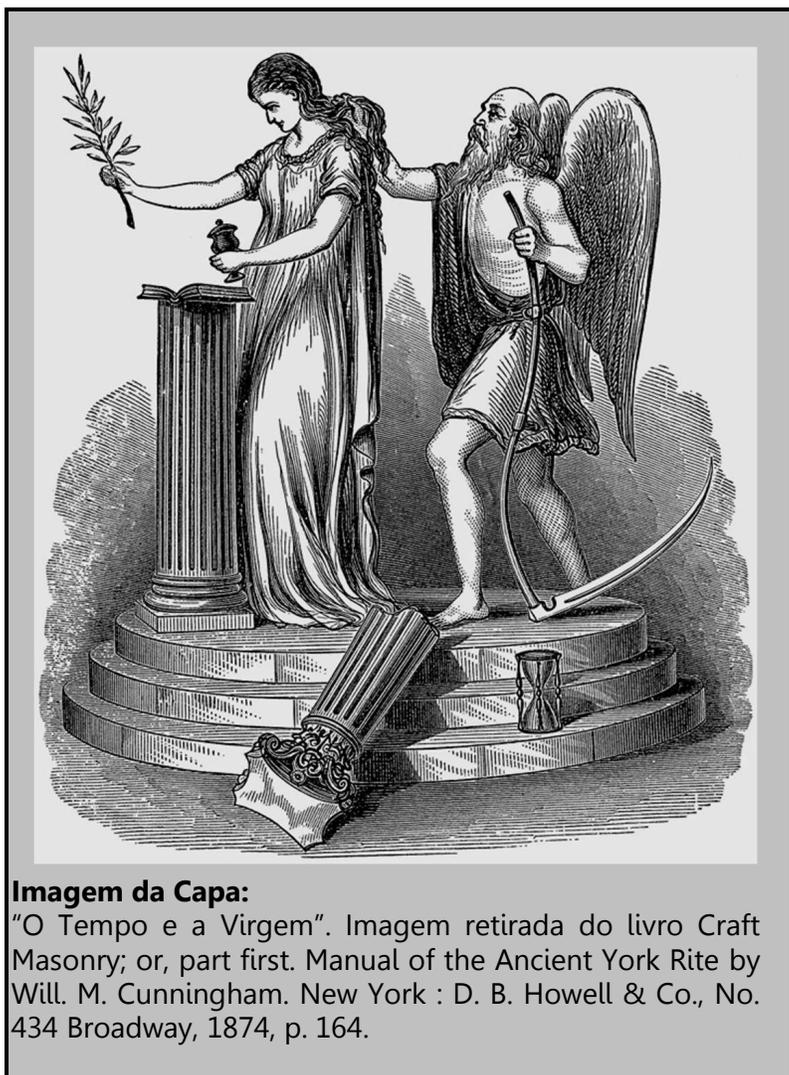


## Revista Ciência & Maçonaria

**“A primeira revista acadêmico-científica brasileira com foco no estudo da Maçonaria”**

### Missão:

Democratizar a produção acadêmico-científica sobre Maçonaria e seu acesso no Brasil.



### Imagem da Capa:

“O Tempo e a Virgem”. Imagem retirada do livro *Craft Masonry; or, part first. Manual of the Ancient York Rite* by Will. M. Cunningham. New York : D. B. Howell & Co., No. 434 Broadway, 1874, p. 164.

### Dados Catalográficos:

ISSN 2318-0129

Julho a Dezembro de 2020

Volume 07.

Número 01.

### Periodicidade:

Semestral

### Conselho Editorial:

Kennyo Ismail

Max Stabile Mendes

Nihad Faissal Bassis

Rafhael Guimarães

### Conselho Científico:

Vide in website:

<http://cienciaemaconaria.com.br/index.php/cem/about/editorialTeam>

### Contatos:

Editor-Chefe: Kennyo Ismail

[contato@cienciaemaconaria.com.br](mailto:contato@cienciaemaconaria.com.br)

Suporte Técnico: Nihad Bassis

[nihadbassis@yahoo.com.br](mailto:nihadbassis@yahoo.com.br)

Portal - [www.cienciaemaconaria.com.br](http://www.cienciaemaconaria.com.br)

### Realização:

NP3-CEAM-UnB - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas, Governo e Gestão do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília.

### Aviso:

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Revista Ciência & Maçonaria. Não é necessário solicitar prévia autorização para reproduzir parte do conteúdo publicado nesta revista, desde que sejam devidamente citados o autor e a fonte.

CRB1-079

C&M: Revista Ciência & Maçonaria / NP3-CEAM-UnB – v.7, n.1 (2020)  
Brasília, DF: NP3-CEAM-UnB, 2020.

Semestral|  
ISSN 2318-0129

1. Maçonaria – Periódicos. I. NP3-CEAM-UnB (Brasília)

CDD: 060  
CDU: 061.236.61



---

**"A primeira revista acadêmico-científica brasileira com foco no estudo da Maçonaria"**

---

## Sumário

Palavra do Editor .....	5-6
SIMBOLISMO E MATEMÁTICA PARA A RÉGUA DE 24 POLEGADAS: uma relação histórica (DE MENEZES; DA COSTA).....	7-11
COEVOLUÇÃO DA AGRICULTURA E DA CIVILIZAÇÃO: sinopse histórica e alguns aspectos iniciáticos (VIDAL) .....	13-20
O CEMITÉRIO COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA MAÇÔNICA (FRANCISCO) .....	21-28
CONSIDERAÇÕES SOBRE A REGULARIDADE MAÇÔNICA (DOS ANJOS) .....	29-40
CONTRIBUIÇÕES DA MAÇONARIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA (CAMPELO) .....	41-47
OS 33 PRIMEIROS SUPREMOS CONSELHOS DO MUNDO (ISMAIL) .....	49-56
RESENHA: Ordem sobre o Caos, de Kenyo Ismail (CHAVES FILHO) .....	57-58
SOBRE A REVISTA .....	59-60





## Palavra do Editor

Prezados leitores,

Esta edição vem em um momento incómodo nas vidas de todos nós. A pandemia de COVID-19 impôs mudanças drásticas na rotina de cada ser humano, de cada brasileiro. Obviamente que não foi diferente para nenhum membro com vínculo com a C&M, desde autores, revisores, até o conselho científico e editorial. Alguns de nós perderam conhecidos, amigos ou até mesmo um ente querido. Enquanto isso, a academia e a ciência são alvos de uma guerra ideológica anti-cultura, anti-educação, anti-ciência, anti-pesquisa. Essa é a triste realidade do pesquisador brasileiro e toda a cadeira de educação nacional, sustentada pelo tripé de ensino, pesquisa e extensão, mas a cada dia mais capenga. Enquanto isso, movimentos anti-vacina alcançam números nunca antes vistos nos últimos cem anos, com os terraplanistas e os neonazistas encontrando terreno fértil para propagação de suas idéias.

Nunca é demais lembrar que a Ciência & Maçonaria é uma revista multidisciplinar qualificada como B2 em Ensino pela Qualis CAPES, e que consta em importantes diretórios e indexadores internacionais, como DOAJ, ROAD e Latindex. Seus artigos, inéditos e relevantes, são fruto do trabalho sério de pesquisadores, mestres e doutores que têm dedicado seus tempos e esforços em prol de trazer e espargir mais luz sobre seus temas de pesquisa envolvendo a Maçonaria. Tendo acumulado mais de 200 mil visualizações desde sua existência, a C&M é atualmente uma referência de periódico 100% gratuito a quem se dedica ao estudo da maçonaria em seus mais distintos aspectos. E por isso somos solidários a cada pesquisador brasileiro.

Assim, a escolha da capa não foi à toa. Es-

sa imagem é muitas vezes conhecida como "A Morte e a Virgem" ou "A Morte e a Donzela", ou ainda como "A Coluna Quebrada". Acredita-se que sua primeira versão foi desenvolvida por Jeremy Cross, seguidor de Preston e Webb, ainda no século XIX. E é um convite à reflexão sobre o tempo e a morte.

A mulher jovem é representativa da juventude, com sua beleza e saúde; bem como também pode representar a esposa de um maçom. O ramo de acácia é simbólico da imortalidade da alma. A ampulheta no chão indica que o tempo corre e não está sob nosso controle. A coluna quebrada é o trabalho maçônico interrompido abruptamente. E o anjo da morte desfazendo as tranças da mulher é sinal de tristeza.

Assim, prestamos nossas homenagens a cada maçom que teve sua vida ceifada por essa pandemia e apresentamos nossos pêsames a cada familiar e amigo que sente essa perda.

Coincidência ou não, um dos artigos desta edição, da historiadora pela USP, Renata Ribeiro Francisco, é sobre cemitérios como espaços de construção da memória maçônica.

Há também um artigo interessantíssimo sobre a história da agricultura e alguns aspectos iniciáticos na mesma do Doutor Vidal. E você é nosso convidado para ler o breve artigo sobre a contribuição da Maçonaria na educação brasileira, do jovem pesquisador Campelo.

Os doutores Claubert de Meneses e Mario da Costa também colaboraram com essa edição, trazendo uma compreensão histórica da matemática envolvendo a régua de 24 polegadas.

E o arquiteto e artista plástico Rodrigo dos Anjos, com larga experiência em Relações Inter-

nacionais no meio maçônico, apresenta um ensaio bastante didático com considerações relevantes acerca dos princípios de regularidade maçônica.

E não deixe de ler a resenha da obra "Ordem sobre o Caos", feita pelo historiador Clóves Gregório especialmente para a C&M.

Esses artigos, enveredando pelas mais diferentes ciências, colaboram para que a revista "Ciência & Maçonaria" continue a cumprir seu objetivo institucional, de publicar produção acadêmico-científica multidisciplinar de qualidade, tendo a Maçonaria como objeto de pesquisa, de forma ampla e gratuita.

Boa leitura a todos!

Fraterna e Sinceramente,

Kennyo Ismail  
Editor-Chefe

**SIMBOLISMO E MATEMÁTICA PARA A RÉGUA DE 24 POLEGADAS: uma relação histórica**  
(SYMBOLISM AND MATHEMATICS FOR THE 24-INCH RULE: a historical relationship)

Claubert Wagner Guimarães de Menezes <sup>1</sup>

Mario Alves Martins da Costa <sup>2</sup>

**Resumo**

A matemática é uma ferramenta útil para estabelecer padrões como as unidades de medida. A maçonaria absorveu em seus Ritos muitas alegorias e símbolos que no contexto filosófico, transmite o conhecimento para seus membros. A Régua de 24 polegadas, de forma simbólica, é uma das ferramentas do Aprendiz maçom. Representa a autogestão do seu tempo, ao medir e guiar-se em caminhos retos, íntegros e honestos. No entanto, a simbologia em polegadas não representa de forma histórica a alegoria associada ao símbolo maçônico, sendo a unidade de medida "dedos", matematicamente coerente com os registros históricos nas edificações das civilizações antigas.

**Palavras-chaves:** Egito Antigo; côvados; Grau de Aprendiz; unidades de medida.

**Abstract**

Mathematics is a useful tool for establishing standards such as units of measure. Freemasonry has absorbed in its Rites many allegories and symbols that in the philosophical context, transmits the knowledge to its members. The 24-inch Ruler is one of the tools of the Masonic Apprentice. It represents the self-management of your time, in measuring and guiding yourself in straight, honest and honest ways. However, the symbology in inches does not represent in historical form the allegory associated with the Masonic symbol, the unit of measurement being "fingers", mathematically consistent with the historical records in the buildings of the ancient civilizations.

**Keywords:** Ancient Egypt, Apprentice degree, cubits, units of measure.

<sup>1</sup> Claubert Wagner Guimarães de Menezes é Doutor em Fitotecnia, Mestre em Produção Vegetal e Graduado em Engenharia Agrônômica, é Professor Efetivo no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - Campus Januária, Minas Gerais. E-mail: [claubertmenezes@yahoo.com.br](mailto:claubertmenezes@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Mario Alves Martins da Costa é Bacharel em Medicina, Direito e Bioquímica, e Licenciado em Ciências Físicas e Biológicas e em Biologia. É Especialista em Ortopedia e Traumatologia, e Médico Legista, em Belo Horizonte, Minas Gerais. E-mail: [mariomamc@yahoo.com.br](mailto:mariomamc@yahoo.com.br)

## 1. Introdução

A idade da pedra, a pelo menos 5 000 000 de anos atrás, se caracterizou para os humanos pela exploração dos espaços como as savanas, em regiões habitáveis da África, Europa, Ásia e América Central. As pessoas eram nômades, ocupadas diariamente pela necessidade de caça e proteção, e por isso, poucos foram os avanços científicos e intelectuais registrados nessa época. A vida das primeiras gerações era geralmente curta, o que atrasou a capacidade de abstração em questões de filosofia e matemática. Por outro lado, registros datados de alguns milhares a.C. evidenciaram uma prolífica inteligência e cultura dos povos nômades, como a benfeitoria de ferramentas rústicas, linguagem, arte, religião e comércio (EVES, 2004, p.22). Com o desenvolvimento da agricultura no período neolítico, os humanos necessitaram adequar seu sistema de contagem primitivo para um sistema aritmético aprimorado (ROOS, 2012, p.1426).

O conhecimento da matemática foi de importância para os povos antigos, uma vez que, a utilizavam para sistematizar conceitos de grandeza, forma e número na natureza, e do processo de contar (EVES, 2004, p.23). A interação social demandou a necessidade de se medir ângulos, volumes, massa, comprimentos e superfícies, e assim, criar uma padronização das unidades de medidas (POZEBON E LOPES, 2013, p.5). Era comum se utilizar na antiguidade unidades medidas baseadas em partes do corpo (medidas antropométricas), porém, eram medidas com pouca precisão, e variava dentre indivíduos (BOYER, 1996; EVES, 2004, p.12).

A necessidade de se padronizar as unidades de medida, surgiu desde a Babilônia, Egito, Grécia, Roma, e também na Inglaterra, com a origem de unidades como o cúbito, côvado, dedo, polegada, jarda etc, no entanto, podia variar entre povos motivado por razões de padronizar a outros, suas própria unidades. No final do século XVIII, foi criado o Sistema Métrico Decimal, um importante passo para a padronização das unidades de medida, que atualmente tem sua regularização no Sistema Internacional de Unidades – SI, para a maior parte dos países (ROZEMBERG, 2006, p.18).

A maçonaria operativa tinha como função o vínculo de seus membros com o ofício da construção. Uma tradução aceita da palavra Maçom ou mason nas Lojas atuais (maçonaria especulativa), tem o sentido de pedreiro, ou seja, indivíduos especialistas na arte da construção (COSTA, 2014, p.66), que utiliza-

vam a matemática (unidades de medidas), como ferramenta intelectual para suas obras. A geometria foi largamente explorada pelos Maçons operativos durante as construções de templos, na sua maioria religiosos, em um misto de “consciência matemática e mística” em projetos peculiares que contemplavam tanto o mundo físico (microuniverso), quanto o mundo cósmico (macrouniverso) (BENUTTI, 2011, p.2).

O surgimento da maçonaria especulativa entre os séculos XVI e XVII, incorporou membros que não eram diretamente ligados ao ofício da construção (COSTA, 2014, p.68), como políticos, filósofos, alquimistas, entre outros. Esses membros começaram a se reunir em Lojas dentro de Templos, onde praticavam suas oficinas e liturgias, de acordo com cada Rito. Na maçonaria especulativa foram agregados aos Ritos, as alegorias e símbolos, utilizados de forma mística e pedagógica para fins de aprendizado de seus membros sobre a filosofia maçônica (CAMPILLO, 2015, p.63). Dentre os símbolos maçônicos, a régua de 24 polegadas é apresentada ao Aprendiz Maçom nas primeiras instruções em Templo, como um instrumento de trabalho, com o seu conceito métrico entendido como polegadas. Esse trabalho relata uma origem histórica do termo “Régua de 24 polegadas”, tendo como base unidades de medidas de comprimento utilizadas por povos da antiguidade.

## 2. Breve história das unidades de medida

A origem da noção de medida se perde nas milhares gerações de seres humanos que existiram no planeta terra, no entanto, estudos apontam que sua idealização organizada tem início com o domínio da técnica agrícola, a mais de 6000 a.C. Povos do Egito, China, Mesopotâmia e Vale do Indo, utilizavam padrões uniformes de peso e medidas a partir das mãos, para calcular volume de alimentos e rações (EVES, 2004, p.24; COSTA-FELIX E BERNARDES, 2017, p.3). As medições antropométricas eram comuns nas civilizações antigas, onde o Antigo Egito, China e Índia, utilizavam a mais de 2500 a.C. Essas medidas eram baseadas no comprimento ou largura de partes do corpo humano, como os braços, mãos, dedos e pés (ROZEMBERG, 2006, p.14). Apesar de pouco precisas, essas medidas antropométricas eram práticas, no entanto, muitas das vezes o conhecimento era de propriedade restrita à classe governante.

Nas sociedades antigas, como o Egito, os sistemas de peso e medida primavam por uma série de procedimentos com o intuito de ser eficiente e ho-

nesto. Era comum os comerciantes utilizarem um bastão de madeira, que em períodos de lua cheia, deveriam ajustar e comparar sua medida a um outro bastão de granito de origem Real, que ficava exposto em local público. Além disso, o procedimento em medir algo era considerado como um símbolo de justiça e boa-fé dos comerciantes, e comumente denominado de “medida justa”. (PINTO, 2009, p.2; COSTA-FELIX E BERNARDES, 2017, p.3). Uma medida comum para os povos antigo é o “côvado” ou “cúbito” (cerca de 44,4cm a 45,7cm), que era medido a partir da ponta do dedo médio até o cotovelo. Essa medida é citada em textos bíblicos do velho e novo testamento, como por exemplo na construção do Templo de Salomão (BÍBLIA, 2019), e também aceito por pesquisadores como a medida utilizada para a construção das pirâmides (COSTA-FELIX E BERNARDES, 2017, p.3).

Como era comum nas sociedades antigas e também na idade média da Europa, as medidas eram um sistema antigo de empoderamento do conhecimento como forma de “poder ou do poder”, atribuindo-lhe um caráter sagrado (COSTA-FELIX E BERNARDES, 2017, p.11). Os Mestres e Arquitetos da Europa feudal, eram os principais detentores das técnicas de construção dos templos, onde os segredos de corporação eram vitais para a sobrevivência comercial e de status desses grupos (LIMA E DA SILVA, 2005, p.21). Na maçonaria é comum atribuir aos maçons operativos, o sentido de pedreiros com habilidades específicas, logo, um grupo diferenciado entre os pedreiros comuns da idade média (COSTA, 2014, P.66), e também detentores das técnicas de construção.

A partir da ascensão do Iluminismo na Europa e os episódios que sucederam a Revolução Francesa em 14 de julho de 1789, do qual dá fim ao privilégios da Nobreza francesa e promove o ideal da liberdade, da igualdade e da fraternidade do povo perante as Leis, a unificação e uniformização das unidades de medidas se tornou uma realidade palpável, com a criação do Sistema Métrico na França, apesar de ter ocorrido de forma lenta e gradual. Esse episódio na história da humanidade se caracterizou como uma grande vitória, por promover uma “linguagem em comum” à ciência da metrologia, sendo o embrião para a criação de um sistema internacional de medidas, livre de qualquer empoderamento ou tirania do conhecimento comum, promovendo a oportunidade de acesso a todos os povos para todos os tempos (COSTA-FELIX E BERNARDES, 2017, p.15).

### 3. A Régua de 24 polegadas na Maçonaria

A origem histórica centenária da Maçonaria é alicerçada em uma estrutura simbólica, pedagógica e administrativa, interpretada por seus diferentes Ritos. Os maçons em suas Lojas, são orientados a receber uma série de instruções que contemplam estudos de diversas áreas do conhecimento como, a filosofia, história, matemática, arte, política etc. Essas instruções são passadas em Loja ou da prática da liturgia em Templo, no momento do trabalho em oficina ou estudo. Uma característica comum entre os Ritos na maçonaria é a transmissão de conhecimento por meio de alegorias e símbolos, sendo a “Régua de 24 polegadas” uma ferramenta simbólica estudada a partir do Grau de Aprendiz Maçom (LIMA E DA SILVA, 2005, p.36; CAMPILLO, 2015, p.63).

O Aprendiz maçom ao se iniciar na Arte Real, é orientado a refletir sobre a importância da “Régua de 24 polegadas”, como uma ferramenta simbólica aos seus trabalhos cotidianos. Essa ferramenta está associada ao símbolo de um dia com suas 24 horas, das quais o maçom deverá se aprimorar continuamente em utilizar cada hora com sabedoria. No Rito de York, as 24 polegadas representam as 24 horas, que deve ser dividida em três partes de 8 horas representando o descanso, o trabalho e a solidariedade (DE MATTOS SILVA, 2014, p.38). No Rito Escocês Antigo e Aceito, a régua está associada ao malho e o cinzel, que devem ser utilizados pelo Aprendiz em seu trabalho de “desbastar” a Pedra Bruta. Esse símbolo está relacionado à capacidade de autogestão do “tempo” de cada maçom, em sua busca diária por caminhos retos, íntegros e honestos (BAYARD, 2004 apud DE MATTOS SILVA, p.39). Por fim, as interpretações sobre a Régua de 24 polegadas, tem um sentido comum relacionado com a necessidade de aprimoramento individual de cada maçom, utilizando seus instrumentos simbólicos como ferramentas para a edificação de um caráter justo, que irá medir e guiar a sua conduta social tanto no mundo profano quanto na maçonaria.

### 4. Polegadas ou Dedos?

A maçonaria moderna considera em seus Ritos, uma ligação hermética da origem da Ordem com a construção do Templo de Salomão (Século X a.C.), ou seja, com o velho testamento da Bíblia Cristã. O Templo levou 13 anos para ser construído, sendo o côvado a unidade de medida utilizada para edificar o

seu trabalho, conforme é citado em 1 Reis 7:2-23. O côvado é citado também em outras passagens da Bíblia como em Gênesis 6:15 e 7:20, sobre o dilúvio e a construção da arca de Noé; Deuteronômio 3:11, sobre o leito ao qual está o Rei Ogue de Basã; 1 Samuel 17:4, sobre altura de Golias; 1 Crônicas 11:23, sobre a luta de Benaías com um egípcio, entre outras passagens do velho e novo testamento (BÍBLIA, 2019). Em alguns livros da Bíblia, de diferentes editoras, é comum encontrar a unidade de medida metro, descrito no antigo testamento. No entanto, o metro tem sua origem apenas a partir do século XVII, no esforço de se estabelecer um sistema universal de unidades (ROZEMBERG, 2013, p.19).

Em Jeremias 52:21, é citado a unidade de medida "dedos" junto com a de côvados, em descrição às colunas do templo do Senhor, na queda de Zedequias por Nabucodonozor (BÍBLIA, 2019). Conforme explicado, o uso das medidas antropométricas era comum para os povos antigos, como o côvado, mão, dedos, vara, braças, estádio e outros. No Egito antigo o côvado (ou cúbito), era medido pelo comprimento do antebraço, da ponta do dedo médio até o cotovelo (Figura 1), sendo o Faraó naquela época a referência dessa medida. O côvado mede aproximadamente entre 44,4 cm a 45,7 cm, onde, a unidade de medida dedo (a largura de um dedo médio, cerca de 1,85 cm a 1,9 cm) (Figura 1), corresponde a aproximadamente 1/24 de um côvado. Existia também a medida de cúbito Real, que correspondia à soma de 1 côvado mais 4 dedos (equivalente a largura da palma da mão), com medidas entre 52 cm a 54 cm (ROZENBERG, 2013, p.14; COSTA-FELIX E BERNARDES, 2017, p.3).

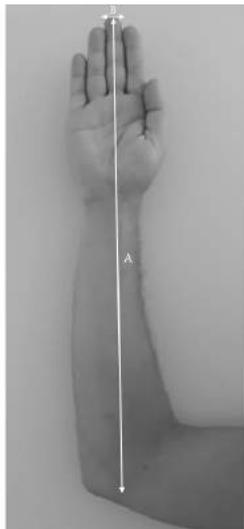


Figura 1: A seta vertical representa a forma de se medir o

côvado (A). A seta horizontal representa o comprimento de um dedo, ou a vigésima quarta parte de um côvado (B).

Fonte: do autor.

O valor da unidade de medida polegadas é 2,54 cm, o seu uso é comum em nosso cotidiano, como por exemplo, a medida da tela de nossos televisores ou computadores. A sua origem foi na Inglaterra como uma medida antropométrica, sendo utilizada nos tempos atuais (POZEBON E LOPES, 2013, p.5). No entanto, não há relatos de polegadas em textos históricos antigos, como por exemplo na construção do Templo de Salomão ou do Tabernáculo. Por outro lado, nota-se que a largura de um dedo médio (cerca de 1,85cm a 1,90cm) corresponde a 1/24 do côvado, e é sensato, ao se basear na filosofia da simbologia da Régua de 24 polegadas, utilizar a medida em dedos e não polegadas. Assim, ao se empregar a simbologia em polegadas, a régua será maior que um côvado, não representando de forma histórica as alegorias associadas aos símbolos maçônicos.

## 5. Considerações finais

A existência da maçonaria é centenária, e o conteúdo de seus Ritos, alegorias e símbolos está ligado à interpretação daqueles maçons que se disponibilizaram a escrever e publicar seus estudos e visões. É consonante entre seus membros a ideia da edificação das bases da maçonaria apoiada nos estudos da filosofia, história, matemática, arte, política etc, e por isso, a busca por evidências históricas, que corroborem o conteúdo de seus Ritos, ritualísticas, liturgias, alegorias e simbolismo. A universalidade da maçonaria especulativa requer a adaptação de seus conceitos às regiões por onde ela é praticada, assim, um alinhamento de sua pedagogia alegórica e simbólica às bases históricas, é essencial para a manutenção de sua existência.

## 6. Referências Bibliográficas

BÍBLIA. Português. *Bíblia On-line*. Missionários Claretianos Brasil. Disponível em <http://www.claret.org.br/biblia>. Acesso em 14/04/2019.

BAYARD, Jean Pierre. *A Espiritualidade da Maçonaria: da Ordem Iniciática Tradicional às Obediências*. São Paulo: Madras, 2004.

BENUTTI, Maria Antônia. *A geometria das catedrais*

góticas e neogóticas. In: *XX Simpósio Nacional de Geometria Descritiva e Desenho Técnico*, Rio de Janeiro, p. 1-12, 2011. Disponível em: <http://www.lematec.net.br/CDS/GRAPHICA11/PDFs/EPIST/EPIST01.pdf>. Acesso em: 12/04/2019.

BOYER, Carl Benjamim. *História da matemática*. Tradução: Elza Gomide. São Paulo: Edgard Blucher, Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

CAMPILLO, Marcos Antônio L.G. A Maçonaria Para os Leigos: Mistérios, Origens e Estrutura. *Revista Ciência & Maçonaria*, v. 3, n.1, p. 59-68, jan/jun, 2015.

COSTA, Luiz Mário Ferreira. A Maçonaria Operativa e Especulativa. *Revista Ciência & Maçonaria*, v. 2, n.1, p. 65-72, jan/jun, 2014.

COSTA-FÉLIX, Rodrigo P.B; BERNARDES, Américo. *Metrologia* Vol. 1: Fundamentos. Rio de Janeiro: Brasport, 2017.

DE MATTOS SILVA, Luiz Franklin. O Conceito Filosófico de Tempo e a Régua de 24 Polegadas. *Fraternitas In Praxis*, v. 1, n. 2, p. 37-41, set/dez, 2013.

EVES, Howard. *Introdução à história da matemática*. 3ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004.

LIMA, Tania Andrade; DA SILVA, Marília Nogueira. Alquimia, ocultismo, maçonaria: o ouro e o simbolismo hermético dos cadinhos (séculos XVIII e XIX). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 8/9, p. 9-54, 2003.

PINTO, Luiz Fernando Mirault. Metrologia Formal. In: *V Congresso Brasileiro de Metrologia Metrologia Formal*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: [http://repositorios.inmetro.gov.br/bitstream/10926/1803/1/Mirault1\\_2010.pdf](http://repositorios.inmetro.gov.br/bitstream/10926/1803/1/Mirault1_2010.pdf). Acesso em: 12/04/2019

POZEBON, Simone; LOPES, Anemari Roesler Luersen Vieira. Grandezas e Medidas: Surgimento Histórico e Contextualização Curricular. In: *VI Congresso Internacional de Ensino da Matemática*, Rio Grande do Sul, p. 1-11, 2013. Disponível em: <http://www.conferencias.ulbra.br/index.php/ciem/vi/paper/viewFile/971/908>. Acesso em: 12/04/2019

ROOS, Alana. Agricultura: Dos Povos Nômades aos Complexos Agroindustriais. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, v. 7, n. 7, p. 1423-1429, mar/ago, 2012.

ROZENBERG, Izrael Mordka. *O Sistema Internacional de Unidades* – SI. 3ª ed. São Paulo: Instituto Mauá de Tecnologia, 2006.



## **COEVOLUÇÃO DA AGRICULTURA E DA CIVILIZAÇÃO: sinopse histórica e alguns aspectos iniciáticos**

(AGRICULTURE AND CIVILIZATION COEVOLUTION: historical synopsis and some initiatic aspects)

Ribas Antonio Vidal <sup>1</sup>

### **Resumo**

Estima-se que a população do mundo atingirá 8 bilhões de habitantes no ano 2024. Cientistas e agricultores enfrentam o grande desafio de alimentar a população crescente. Os objetivos deste trabalho são: apresentar uma sinopse do desenvolvimento da agricultura em paralelo com a evolução da civilização; buscar evidências para a hipótese de que rituais iniciáticos estavam envolvidos nesta coevolução. O artigo conclui questionando se a civilização humana atual será capaz de evitar o seu colapso.

**Palavras-chaves:** história; demografia humana; origens da agricultura; mistérios de Elêusis; inconsciente coletivo.

### **Abstract**

World's population is estimated to reach 8 billion inhabitants by the year 2024. Scientists and farmers face a huge challenge to feed the ever increasing human population. The objectives of this paper are to present a synopsis of the development of agriculture in parallel to the evolution of civilization; and to look for evidences to the hypothesis that initiatic rituals were involved in this coevolution. The paper concludes questioning whether the present human civilization will be able to avoid its collapse.

**Keywords:** history, human demography, origins of agriculture, Eleusinian mysteries, collective unconscious.

<sup>1</sup> Ribas Antonio Vidal é Eng. Agr. em 1981, pela UNESP, Campus de Jaboticabal; M. SC. em 1990, pela UFRGS, Porto Alegre; Ph. D. (agriculture) em 1995, pela Purdue University, EUA; Pos-Doc1 em 2008, pela Universidad de Córdoba, Espanha; Pos-Doc2 em 2013, pela Universidad de Huelva, Espanha. E-mail: [ribas.vidal@gmail.com](mailto:ribas.vidal@gmail.com)

## 1. Introdução

A população humana no planeta tem se incrementado continuamente nos últimos 50 mil anos (Figura 1A). De fato, estima-se que 50 mil anos atrás (em pleno período glacial) havia 5 milhões de humanos distribuídos ao redor do planeta (VIDAL 2014; FAO, 2017). Atualmente, a população do mundo está estimada em 7,48 milhões de habitantes (FAO, 2017; ANÔNIMO, 2018) e atingirá 8 bilhões em 2024 (Figura 1B). As previsões demográficas apontam para uma população de 9 bilhões de habitantes em 2050, sendo que 20% deste total estará no continente africano e 60% no asiático (FAO, 2017).

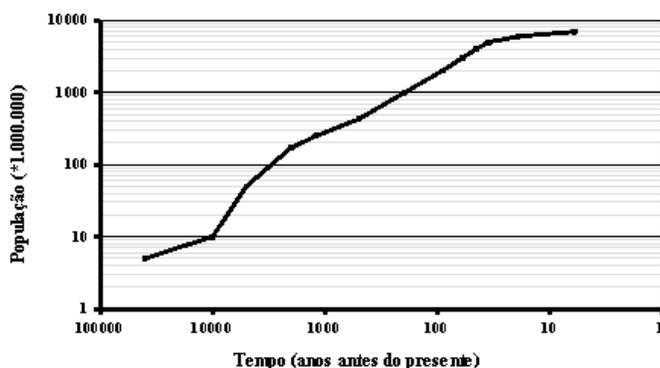


Figura 1-A

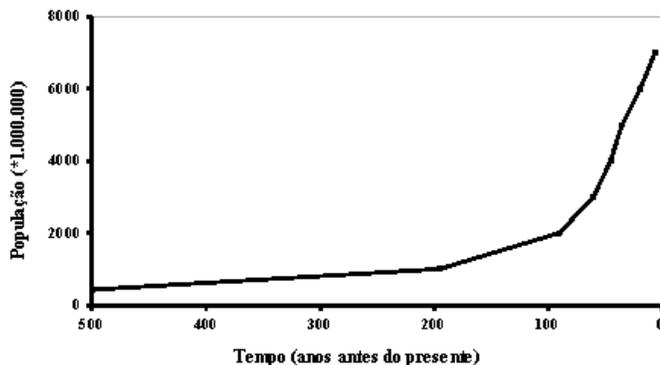
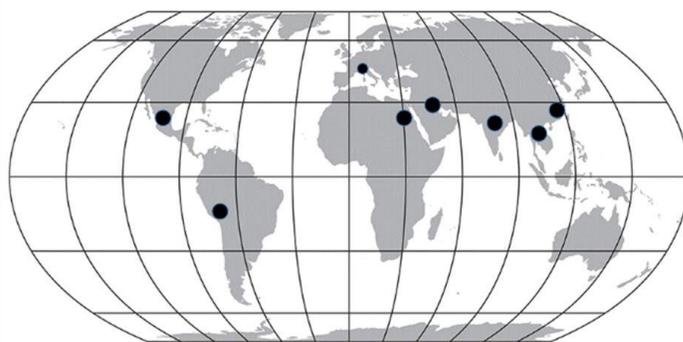


Figura 1-B

**Figuras 1-A e 1-B:** Populações mundiais (eixos y expressos em milhões de habitantes). A) o eixo Y está numa escala logarítmica e o eixo X compreende o período até 100 mil anos antes do presente; B) o eixo Y está numa escala linear e o eixo X foca nos últimos 500 anos. (Adaptado de dados da FAO, 2017).

Foi necessário apresentar os dados do crescimento demográfico da população mundial em duas

figuras separadas devido a enorme diferença na escala demográfica no decorrer do tempo estudado (Figuras 1A e 1B). Assim, com diferentes escalas, pode-se verificar que o crescimento populacional tem sido contínuo desde a pré-história (50 mil anos atrás). De fato, um ponto de inflexão da curva de crescimento demográfico ocorreu aos 10 mil anos antes do presente (Figura 1A), justamente quando começaram as primeiras explorações agrícolas na mesopotâmia (atual Irã, Iraque, Síria e Turquia), China, Egito e Índia (Figura 2). Convém salientar que no período mencionado não havia as divisões geopolíticas conhecidas hoje (somente existiam povoadamentos isolados), mas a denominação atual dos países está sendo utilizada para facilitar a identificação das regiões onde se iniciou a agricultura no mundo.



**Figura 2:** Localização dos centros de origem dos alimentos e berço das civilizações.

O crescimento da população humana se intensificou nos últimos 200 anos (Figura 1B). Em 1825 o planeta atingiu o primeiro bilhão de habitantes e levou 102 anos para atingir o segundo bilhão. A partir do terceiro bilhão de habitantes (em 1960), tem levado pouco mais que uma década para acrescentar outro bilhão ao planeta (FAO, 2017). Esta pressão populacional continua a desafiar os produtores de alimentos, mas agora superou-se a capacidade de suporte do planeta.

Os objetivos deste manuscrito são dois. Primeiro, apresentar uma sinopse do desenvolvimento da agricultura em paralelo ao processo civilizatório da humanidade. Segundo, apresentar evidências indiretas à hipótese de que rituais iniciáticos estavam envolvidos na coevolução agricultura-civilização.

## 2. Sinopse histórica da evolução da agricultura e da civilização

Entre 100 e 12 mil anos atrás, o planeta passava por uma era glacial e os humanos se distribuíram em regiões provavelmente menos inóspitas do planeta (ao redor do paralelo 30N). Os indivíduos daquele passado longínquo eram apenas caçadores e coletores de grãos (como evidenciado em MAIXNER et al., 2018). Contudo, eles foram fundamentais para a sobrevivência da espécie humana no período e também posteriormente por, pelo menos, quatro motivos. Primeiro, dentre as espécies vegetais e animais disponíveis nos seus habitats, conseguiram identificar aquelas de fácil

cultivo/manejo para garantir a sua alimentação. Segundo, dominaram os seus instintos básicos (fome) e guardaram grãos para semeadura posterior. Terceiro, desenvolveram tecnologias agrícolas que possibilitaram a propagação das espécies com excedentes para o consumo humano. Quarto, transmitiram conhecimentos (e sementes) para as gerações seguintes de forma a possibilitar novos avanços.

Estas etapas não ocorreram simultaneamente em todos os grupamentos humanos (Tabela 1). Aqueles habitats que dispunham de mais espécies vegetais e animais com características favoráveis (sementes grandes, fácil germinação, sabor agradável e animais

dóceis) facilitaram o desenvolvimento da agricultura (DIAMOND, 1999). De fato, a mesopotâmia foi privilegiada pois possuía em sua flora e fauna silvestre muitas espécies que propiciaram diversidade na dieta, incluindo: cereais (trigo emmer, cevada, centeio) e leguminosas (ervilha, ervilhaca, grão-de-bico, lentilha). Além disto, a região apresentava uma espécie fibrosa para confecção de tecidos (linho) e diversas espécies animais para leite, carne e tração/transporte (vaca, cabra, ovelha, cavalo, camelo) (Tabela1). Espelha-se (DIAMOND, 1999) que esta oferta de espécies foi a principal razão da agricultura ter iniciado na mesopotâmia antes de todos os outros locais do planeta.

**Tabela 1:** Localização dos principais centros de origem e de domesticação de espécies vegetais e animais, organizados cronologicamente. (Adaptado de DIAMOND, 1999).

Local <sup>a</sup>	Domesticação de Vegetais		Domesticação de animais	
	Ano <sup>b</sup>	Espécies <sup>c</sup>	Ano	Espécies
<b>Mesopotâmia</b> (Irque-Turquia)	8500 AC	Aveia, ervilha, grão-de-bico, cevada, centeio, TRIGO emmer, lentilha, linho.	10000 AC	VACA
			8000 AC	CABRA
			8000 AC	OVELHA
			4000 AC	Cavalo
			2500 AC	Camelo
<b>China</b>	7500 AC	ARROZ, feijão azuki, maçã, milheto, pêssego, rabanete, repolho, SOJA.	8000 AC	PORCO
<b>Índia</b>	7000 AC	CANA-DE-AÇÚCAR, banana, cevada, gergelim, laranja, manga, pepino.	4000 AC	Búfalo
<b>Egito</b>	6000 AC	Café, feijão-caupi, TRIGO.	4000 AC	Burro
<b>América central</b>	3500 AC	Abóbora, batata-doce, cacau, MILHO, pimenta, tomate,	100 AC	Peru
<b>Andes</b>	3500 AC	BATATA, FEIJÃO, MILHO.	3500 AC	Alpaca, lhama
<b>Mediterrâneo</b>	3000 AC	Alface, aspargo, beterraba, ervilha, rabanete, TRIGO.	-	-

<sup>a</sup> Utiliza-se a denominação atual para facilitar a identificação do local. Ver regiões no Figura 1. Locais apresentados em ordem cronológica de início do cultivo de grãos.

<sup>b</sup> Os anos representam datas aproximadas devido às imprecisões metodológicas em sua estimativa.

<sup>c</sup> Os vegetais/animais grafados com letras maiúsculas proporcionam atualmente o maior aporte de alimentos da humanidade. Espécies apresentadas em ordem alfabética por local. Esta lista é somente ilustrativa e não corresponde a todas as espécies selecionadas em cada centro de origem.

Raciocínio semelhante pode ser utilizado para elaborar sobre o desenvolvimento da agricultura na região da China. Todavia, o desafio destes "agricultores" foi adicional, pois além das espécies anuais que se reproduzem por sementes (arroz, feijão azuki, milheto, rabanete, repolho, soja), também selecionaram espécies vegetais perenes, incluindo: ma-

çã, pêra, pêssego. Estas espécies requerem técnicas especiais de propagação do vegetal que devem ter demandado tempo para serem desenvolvidas.

A Índia também foi centro de seleção de plantas anuais (cevada, gergelim, pepino) e perenes (banana, laranja, manga) e além disto teve o aparecimento de uma espécie vegetal inexistente no planeta, a cana-de-açúcar (*Sacharum officinarum*). Esta espécie foi oriunda do cruzamento espontâneo (sera?) entre uma espécie nativa da Índia (*Sacharum robustum*) e uma espécie natural de Nova Guiné (*Sacharum barberi*) [trazida para Índia por caçadores de cabeça] (VIDAL, 2014).

A região onde hoje é o Egito foi importante na domesticação do burro de carga e na seleção do trigo (planta importante milênios depois para a estabilidade do império Romano). Com o decorrer do tempo, o intercâmbio de espécies vegetais e animais entre todas estas regiões descritas acima possibilitou a evolução dos diversos impérios existentes entre o Egito e a Ásia (DIAMOND, 1999).

As Américas também tiveram papel de destaque no desenvolvimento da agricultura (Tabela 1 e Figura 2). Nos Andes (Perú e região) foram selecionadas espécies vegetais importantíssimas atualmente para alimentação da humanidade: batata, feijão, milho. Nesta região também foram selecionadas espécies de camelo (alpaca e lhama) para o transporte de carga leve (<25 kg). A América central (México e região) também teve destaque na domesticação de várias espécies vegetais de importância mundial na atualidade: abóbora, batata-doce, cacau, milho, pimenta, tomate, entre outras. A cultura do milho (*Zea mays*) também constituiu um enorme desafio, pois também é uma espécie inexistente na natureza e necessitou milhares de anos para o seu desenvolvimento a partir do teosinto (*Zea mexicana*). De fato, entre a planta original (teosinto) e o milho há imensas diferenças morfológicas (formato e posição da inflorescência, porte, dimensões da espiga, composição nutritiva), além de diferenças genéticas e fisiológicas (RAMOS-MADRIGAL, 2016).

A definição do termo civilização tem sido muito debatido. Contudo, atualmente propõe-se que uma comunidade pode ser considerada civilizada quando apresentar cinco características primárias: agrupamento urbano; divisão de trabalho com especialistas em período integral; concentração de excesso de produção; estrutura de classes sociais; e algum tipo de organização do estado (governo) (VIOLATTI,

2014). Como visto acima, entre 10 e 5 mil anos atrás, os humanos de diversas regiões do planeta se fixaram em comunidades, selecionaram plantas e animais e obtiveram excedentes alimentares. Houve especialização de profissões e, com o decorrer do tempo, desenvolveram-se formas de organizar as pessoas. Nos milênios seguintes, em todos aqueles centros de origem da agricultura (Figura 2) foram construídos edifícios monumentais, desenvolveram o comércio, houve o desenvolvimento da escrita e o incentivo às artes, ofícios e ciências. Em síntese, desenvolveu-se a civilização. Além disso, aquelas comunidades nos legaram outra herança positiva: a base da alimentação atual. De fato, as espécies vegetais e animais destacadas com letras maiúsculas na Tabela 1 constituem, atualmente, os principais alimentos da humanidade: vegetais (arroz, batata, cana-de-açúcar, feijão, milho, trigo e soja) e animais (aves, bovinos, caprinos, ovinos, suínos).

### 3. Desafios tecnológicos para a produção de alimentos

A agricultura é um processo autocatalítico retroestimulado positivamente (DIAMOND, 1999; TAIZ, 2013). Isto significa que com agricultura ocorre excesso de alimentos, o qual favorece o aumento da população e esta, por sua vez, demanda mais alimentos, estimulando a busca de novas tecnologias para aumentar a produtividade agrícola (VIDAL, 2014). Com efeito, nos períodos subsequentes ao descrito, para cada salto demográfico, foram desenvolvidas novas soluções tecnológicas para garantir a alimentação humana (Tabela 2).

No período compreendido entre 3000 AC e 800 DC, a população mundial quintuplicou (de 50 para 250 milhões) (Tabela 2). Na região da China e da Índia, a mesma receita do período anterior continuou sendo utilizada, incluindo-se, desta vez, espécies vegetais perenes (Tabela 1). Arbustos (cana-de-açúcar, bananeira, mangueira, laranjeira, oliveira) e árvores (macieira, pereira) são plantas de ciclo longo e que não possuem sementes (ou são inférteis), portanto, necessitam técnicas especiais de propagação como alporquia, enxertia, entre outras. A invenção do arado de madeira por volta de 3000 AC facilitou a aração dos campos e estimulou o desflorestamento e, assim, expandiu a área cultivada (LAL et al., 2007). Este implemento também aumentou a eficiência da mão de obra utilizada na semeadura, pois possibilitou utilizar a tração animal para auxiliar na árdua tarefa de pre-

paro do solo. A tração animal também facilitou a construção de terraços nas áreas de encosta, sendo que muitas áreas na Ásia ainda os mantém até os dias de hoje. A irrigação das lavouras foi outra inovação que proporcionou incremento da produtividade agrícola, pois reduziu o impacto das perdas com as secas (DIAMOND, 1999). Um renomado agrônomo romano, Columela (4-79 DC), compilou as tecnologias agrícolas da antiga Cártago, Egito, Grécia e Mesopotâmia numa obra denominada "De Rustica", com 12 volumes. Entre outras técnicas, propunha-se que em vez de cultivar um terreno até a exaustão do solo e migração para outra área, fosse utilizada a rotação de culturas, onde metade da fazenda fosse semeada e a outra permanecia em pousio (sem cultivo), invertendo-se no ano seguinte (VIDAL, 2014).

nado de Carlos Magno (768-814 DC), foi mandatória a adoção da rotação de culturas de três folhas (uma terça parte do terreno semeada no outono com trigo ou centeio, outra parte semeada na primavera com ervilha ou lentilha, e outra deixada em pousio) (VIDAL, 2014). A pior pandemia da história humana, a peste bubônica (ou peste negra, com auge entre 1343 e 1353), originou-se na Ásia Central e disseminou-se para a Europa, disseminando 30% de sua população. Com as grandes navegações mundiais (após 1492 Espanha e 1500 Portugal) houve a distribuição planetária das principais espécies agrícolas. Assim, Europa e Ásia se beneficiaram do feijão, milho, batata, entre outras; enquanto que as Américas tiveram os benefícios das fontes de proteína animal (aves, bovinos, caprinos, ovinos, suínos) e também da força motora de burros e cavalos.

A colonização europeia do planeta disponibilizou grandes áreas de terra para expansão da agricultura, com mais desflorestamento, arações e cultivos (DIAMOND, 1999).

Como previsto pelo reverendo Thomas Malthus, em 1798, no seu "Ensaio sobre o princípio da população", o número de humanos aumentou geometricamente a partir de 1825 e atingiu 2 bilhões de habitantes em 1927. Parte do desafio de produzir alimentos é vencido com o incremento da área cultivada. Mas, felizmente a agricultura (e a humanidade) entra na era da ciência. Descobre-se que os solos são provenientes de diferentes rochas matrizes com composição química diferencia en-

No milênio seguinte (800 à 1825 DC), a população mundial quadruplicou e atingiu o primeiro bilhão de habitantes. Na Europa Central, durante o rei-

tre si e, por isso, há necessidade de suplementar os nutrientes e micronutrientes insuficientes para suprir a necessidade das plantas. Mendel descobre as leis da

**Tabela 2:** Tecnologias utilizadas na agricultura de grãos para superar o desafio de sustentar o incremento da população em cada período. (Adaptado de Taiz, 2013).

Período	População mundial	Tecnologias desenvolvidas
8000 AC - 3000 AC	10 à 50 milhões	Cultivo de espécies vegetais silvestres. Domesticação de animais. Domesticação de espécies vegetais anuais. Desenvolvimento de implementos e processos de cultivo.
3000 AC - 800 DC	50 à 250 milhões	Propagação vegetativa e domesticação de culturas perenes. Expansão da área cultivada com desflorestamento, aração de campos e terraceamento de encostas. Irrigação.
800 - 1825 DC	250 milhões à 1 bilhão	Rotação de culturas. Difusão das espécies vegetais e animais domesticados (era das navegações). Expansão do desflorestamento e da área cultivada.
1825 - 1927 DC	1 à 2 bilhões	Incremento da área cultivada. Ciência descobriu: a necessidade de nutrientes e micronutrientes pelas plantas; as leis da genética; os princípios da fisiologia vegetal (fotoperíodo e reguladores do crescimento).
1927 - 1960 DC	2 à 3 bilhões	Incremento da área cultivada. Mecanização da agricultura. Milho híbrido. Utilização de pesticidas para reduzir as perdas da produtividade.
1960 - 1975 DC	3 à 4 bilhões	Incremento da área cultivada. Revolução verde (cereais de porte baixo, resistente à fitopatógenos, adaptados ao fotoperíodo e responsivo aos nutrientes).
1975 - 1986 DC	4 à 5 bilhões	Estabilização da área cultivada mundial. Conservação do solo.
1986 - 2000 DC	5 à 6 bilhões	Conservação do solo. Introdução de culturas transgênicas com resistência aos insetos.
2000 - 2013 DC	6 à 7 bilhões	Expansão da área cultivada com culturas transgênicas. Agricultura de precisão.
2013 - 2024* DC	7 à 8* bilhões	Culturas transgênicas com tolerância à seca. Agricultura de precisão.

\* Previsão (FAO, 2017). Abreviaturas: AC=antes de Cristo; DC=depois de Cristo.

genética entre 1865 e 1866. Os princípios da fisiologia vegetal (fotoperíodo e reguladores do crescimento) começam a ser desvendados. Todas estas descobertas científicas foram utilizadas para desenvolver tecnologias para agricultura (VIDAL, 2014).

A mecanização da agricultura, entre 1927-1960, com tratores, semeadoras e colheitadeiras ampliou ainda mais a área cultivada (DIAMOND, 1999; LAL et al., 2007), dessa forma, alimentando também o contingente adicional de 1 bilhão de pessoas (Tabela 1). Aliado a isso, as sementes híbridas aumentaram a produtividade de milho e os pesticidas reduziram perdas na produtividade causada por insetos, fitopatógenos e plantas infestantes. Todavia, uma seca entre 1934-1940 atingiu a região central dos EUA, reduziu a produção agrícola e aumentou o preço mundial de alimentos. Gradativamente a humanidade começou a coordenar ações em nível mundial para assegurar a estabilidade alimentar, criando-se no México, em 1943, o CIMMYT (Centro Internacional de Mejoramiento de Maíz y Trigo): primeiro instituto mundial para a pesquisa agrícola. Em 1945 criou-se a FAO (Food and Agriculture Organization; Organização da Agricultura e dos Alimentos) como entidade de apoio na ONU (VIDAL, 2014; FAO, 2017).

O incremento da área cultivada já não era suficiente para alimentar a humanidade, sendo que dos 3 bilhões de habitantes do planeta em 1960, 30% eram subnutridos e havia elevada mortalidade infantil. No próximo decênio e meio houve o acréscimo de mais um bilhão de habitantes no planeta (Tabela 1). Felizmente o CIMMYT começou a lançar os primeiros cultivares de trigo da chamada "revolução verde". Em comparação com as outras plantas de trigo, estas plantas apresentam porte baixo (produzem pouca biomassa), o que possibilita semear mais plantas por unidade de área e, quando suplementadas com nutrientes, apresentam elevada produção de grãos. Além disto são resistentes aos fitopatógenos e são adaptados a amplo fotoperíodo (podendo ser cultivadas em diversas latitudes). Esta tecnologia salvou da morte mais de 1 bilhão de vidas e, em 1970, o cientista Norman Borlaug ganhou o Prêmio Nobel da Paz pelo seu trabalho de melhoramento genético vegetal que criou estes cultivares de trigo (VIDAL, 2014).

Finalmente houve a estabilização da área cultivada a partir de 1975, mesmo com a adição de mais 1 bilhão de habitantes na década seguinte. Os princípios da "revolução verde" foram estendidos às culturas de milho e arroz, possibilitando alimentos sufici-

entes para todos. Adicionalmente, a adoção de métodos de conservação de solo, principalmente a semeadura direta (sem aração e sem preparo do solo), reduziu a erosão em climas tropicais e melhorou a estrutura, a biologia e a disponibilidade de nutrientes do solo.

Nas décadas posteriores a 1986, a população mundial tem crescido na taxa de 1 bilhão/13 anos (FAO, 2017). A demanda alimentar deste período tem sido atendida pela intensificação dos cultivos, incluindo rotações com duas culturas por ano (onde possível). A partir de meados da década de 1990 foram introduzidos os primeiros cultivares geneticamente modificados (os transgênicos). Esta tecnologia utiliza algumas informações de DNA (genes) de uma espécie e as insere em uma planta cultivada. Até o momento, os cultivares lançados não visam aumento de produtividade, mas conseguem reduzir as perdas causadas por pragas e plantas infestantes. A biotecnologia está avançando e espera-se que nova geração de transgênicos modificará a fisiologia vegetal, elevando a capacidade fotossintética e melhorando a eficiência do uso da água e de nutrientes (TAIZ, 2014; VIDAL, 2014).

Até aqui, nessa sessão, foi visto como foram vencidos os desafios para alimentar a crescente população humana no decorrer dos últimos 50 mil anos. Todavia, houve fracassos e as civilizações que desenvolveram a agricultura desapareceram. De fato, nenhuma civilização que nos antecederam perdurou! Porquê? A análise detalhada (DIAMOND, 2005) das causas do colapso das civilizações do passado revelou que todas essas civilizações desapareceram nas brumas do tempo pelas cinco razões seguintes: destruição do ambiente, mudança climática, vizinhos hostis, declínio de parceiros comerciais importantes e resposta da sociedade aos fatores anteriores. As civilizações atuais enfrentam problemas adicionais associados à agricultura e à superpopulação do planeta (DIAMOND, 2005; LAL et al., 2007; BUTLER, 2018). Pode-se deduzir que não basta produzir alimentos para garantir a sustentabilidade de uma civilização!

#### **4. Aspectos iniciáticos associados ao desenvolvimento da agricultura**

A hierarquia das necessidades humanas (MASLOW, 1943) teoriza cinco categorias de necessidade que determinam os desejos e as ações humanas. Esta teoria é representada por um triângulo, que

apresenta da base para o ápice, respectivamente, as seguintes categorias: fisiológicas, segurança, relacionamento, estima e realização pessoal. Somente depois de supridas as necessidades fisiológicas básicas (alimentação, hidratação, sono, etc) é que os humanos sentem o desejo de satisfazer as necessidades das categorias seguintes (MASLOW, 1943). Durante a pré-história, com a abundância de alimentos coletados, os humanos começaram a desvendar o processo de semeadura, germinação, crescimento, desenvolvimento e produção vegetal. Embora continuassem a ser caçadores e coletores, gradativamente foram “descobrimo” a agricultura (DIAMOND, 1999).

O entendimento do desenvolvimento vegetal pelos humanos pré-históricos deve ter sido muito simplório. Eles desconheciam os aspectos morfológicos, bioquímicos e fisiológicos envolvidos no desenvolvimento vegetal. O conhecimento do ciclo vegetal entre a semeadura e a colheita implica que os humanos começaram a deixar de estar a mercê do acaso, quanto a obtenção de alimentos, e passaram a “dominar” a natureza e planejar a produção do seu sustento. Isto representou uma mudança no grau de consciência humana em relação a natureza e de seu papel na gestão dos recursos, disponíveis e futuros. As mudanças do grau da consciência humana são iniciáticas (GORGS, 2017). De fato, o principal desafio para início da agricultura deve ter sido o domínio do instinto alimentar (fome) para selecionar e preservar as melhores sementes para uso (enterrio) futuro (na esperança de uma nova planta que daria os mesmos tipos de grãos selecionados). Convém destacar que este ganho de função humana não foi individual nem ocorreu de forma instantânea. A hipótese apresentada neste trabalho é a de que houve a necessidade da criação de ritos coletivos para esta mudança e, como efeito colateral dos mesmos, surgiu a civilização.

Os complexos processos fisiológicos do desenvolvimento vegetal (e animal) provavelmente foram considerados “mistérios” atribuídos a entidades superiores (divinas), sendo lógico concluir que foram desenvolvidas ritualísticas para sua consagração. Rituais para cultuar (valorizar e ensinar) a agricultura na pré-história eram praticados no Egito, na Índia e na Pérsia, sendo transmitidos oralmente. Supõem-se que esses rituais tenham servido de base para os Mistérios de Elêusis, os quais eram praticados na Grécia Antiga entre 1600 AC e 392 DC, e que chegaram ao nosso conhecimento graças aos textos de Homero e Platão (WRIGHT, 1919). Nestes dois mil anos de cele-

bração dos Mistérios ocorreram mudanças de forma e conteúdo. Eu especulo que durante os primórdios de sua implantação (1600~800 AC), os Mistérios Eleusianos devem ter se assemelhado àqueles ritos pré-históricos dos quais foi originário. Contudo não há registros das cerimônias anteriores. Quando o rito de Elêusis começou (1600 AC), estima-se que era praticado a cada quatro anos e que apresentava duas cerimônias de iniciação: os Mistérios Menores e os Maiores (WRIGHT, 1919). Os Mistérios Menores eram celebrados na época da semeadura (primavera); enquanto que os Mistérios Maiores eram realizados na colheita (outono). As cerimônias deste ritual envolviam algumas entidades míticas que faziam uma analogia ao ciclo de vida das plantas entre a semeadura e a colheita. Em síntese, o mito relata que Hades, deus grego do mundo inferior, rapta Perséfone, a filha da deusa grega da agricultura Deméter. Esta desolada deixa de cuidar das lavouras e Zeus, para amainar a fome dos cidadãos, faz um acordo onde Perséfone fica seis meses no mundo inferior e seis meses com sua mãe. Aos iniciados era apresentada uma analogia entre este mito e a angustia da alma ao “descer” ao mundo material; com sua subsequente vitória aoós a morte física, regenerando a sua vida eterna (WRIGHT, 1919; MARK, 2012).

A intenção desse manuscrito não é a de por menorizar a ritualística dos Mistérios Eleusianos. O relato apresentado visa apoiar a nossa hipótese de que Escolas Iniciáticas pré-históricas (semelhantes aos Mistérios Eleusianos) devem ter auxiliado no desenvolvimento do grau de consciência das pessoas e, assim, contribuíram para o processo civilizatório. Provavelmente os rituais foram o método pedagógico para o ensino da agricultura na pré-história, visto que ainda não havia a escrita. Portanto, a “missão” divina foi utilizada para motivar os primeiros humanos a dominarem os seus instintos e investirem esforços para benefícios futuros. Como efeito colateral positivo, provavelmente, aquelas Escolas Iniciáticas também devem ter tido função importante na formação do inconsciente coletivo da humanidade que moldou o processo civilizatório.

## 5. Considerações finais

Nas próximas décadas estima-se que a população do planeta deverá se estabilizar (abaixo de 9 bilhões de habitantes). Mas, até lá vai haver uma pressão muito grande para produzir mais alimentos. Ainda está em construção a ciência necessária para

obter cultivares mais produtivos e para desenvolver técnicas inovadoras na agricultura para alimentar este contingente populacional (VIDAL, 2014). O avanço e a junção do conhecimento sobre genética, bioquímica, fisiologia e biotecnologia permitirá desenvolver organismos (plantas e animais) que atendam as necessidades individuais, por exemplo: aveia e trigo sem glúten, verduras mais ricas em micronutrientes, suínos com ômega 3 no lugar de gordura, entre outros.

A sustentabilidade de uma civilização, como comentado neste texto, não depende apenas de alimentação. Precisa também evitar os efeitos colaterais negativos da agricultura e da superpopulação, incluindo a destruição dos ecossistemas, erosão do solo e perda da sua fertilidade, escassez e poluição da água, mudanças climáticas antropogênicas, elevação de toxinas no ambiente e esgotamento das fontes energéticas. Será que a humanidade conseguirá dar o próximo passo na mudança de consciência necessária para a manutenção de nossa civilização? Será que a maçonaria, como escola iniciática, pode (ou consegue) ajudar neste processo?

## 6. Referências

ANÔNIMO. World clocks: world population and productive land. Disponível em: <<https://www.tranquileye.com/clock/>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

BUTLER, C. D. Climate Change, Health and Existential Risks to Civilization: A Comprehensive Review (1989–2013). *International Journal of Environmental Resources and Public Health*, v. 15, 2018, p. 2266–2287. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/1660-4601/15/10/2266>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

DIAMOND, J. *Guns, germs, and steel: the fates of human societies*. New York, Norton & Company, 1999. 457 p.

DIAMOND, J. *Collapse: how societies choose to fail or succeed*. New York, Viking Press. 2005. 592p.

FAO. *The future of food and agriculture: trends and challenges*. Rome, FAO, 2017. 163p. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i6583e.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

GORGS. *Manual de procedimentos ritualísticos, ritual e instruções: aprendiz maçom*. Porto Alegre, GORGS, 2017. 222p.

LAL, R.; D. C. REICOSKY, D. C.; HANSON, J. D. Evolution

of the plow over 10,000 years and the rationale for no-till farming. *Soil and Tillage Research*, v. 93, n. 1, 2007, p. 1-12.

MAIXNER, F. et al. The iceman's last meal consisted of fat, wild meat, and cereals. *Current Biology*, v. 28, n. 1, 2018, p. 1–8. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0960982218307036>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

MARK, J. J. The Eleusinian Mysteries: The Rites of Demeter. In: WASOWSKY, M. *Ancient History Encyclopedia*. Norsham, AHE, 2012. Disponível em: <<https://www.ancient.eu/article/32/the-eleusinian-mysteries-the-rites-of-demeter/>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

MASLOW, A. H. A Theory of human motivation. *Psychological Review*, v. 50, 1943, p. 390-396.

RAMOS-MADRIGAL, J. et al. Genome Sequence of a 5,310-Year-Old Maize Cob Provides Insights into the Early Stages of Maize Domestication. *Current Biology*, v. 26, n. 12, 2016, p. 3195-3201. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.cub.2016.09.036>>. Acesso em 25 nov. 2018.

TAIZ, L. Agriculture, plant physiology, and human population growth: past, present, and future. *Theoretical and Experimental Plant Physiology*, v. 25, n. 3, 2013, p. 167-181. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/txpp/v25n3/a01v25n3.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

VIDAL, R. A. *Interações positivas entre plantas que aumentam a produtividade agrícola*. Porto Alegre, Evangraf, 2014. 174 p.

VIOLATTI, C. Civilization. In: WASOWSKY, M. *Ancient History Encyclopedia*. Norsham, AHE, 2014. Disponível em: <<https://www.ancient.eu/civilization/>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

WRIGHT, D. *The eleusinian mysteries and rites*. Londres, The Theosophical Publishing House, 1919. Disponível em: <<https://www.gutenberg.org/files/35087/35087-h/35087-h.htm>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

## **O CEMITÉRIO COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA MAÇÔNICA** (THE CEMETERY AS A SPACE FOR BUILDING MASONIC MEMORY)

Renata Ribeiro Francisco <sup>1</sup>

### **Resumo**

O cemitério tornou-se lugar de celebração e de construção da memória no início do século XIX. Nesse artigo será abordada a forma como a maçonaria paulista, desde o século XIX, vem construindo sua memória atrelada a experiência da abolição na cidade de São Paulo, a partir da trajetória de dois membros ilustres, Luiz Gama e Antonio Bento.

**Palavras-chaves:** memória; cemitério; abolição; São Paulo.

### **Abstract**

The cemetery became a place of celebration and construction of memory in the early 19th century. This article will discuss how the São Paulo Freemasonry, since the 19th century, has been building its memory linked to the experience of abolition in the city of São Paulo, based on the trajectory of two distinguished members, Luiz Gama and Antonio Bento.

**Keywords:** memory; cemetery; abolition; Sao Paulo.

<sup>1</sup> Renata Ribeiro Francisco é Graduada e mestre em História pela Universidade Estadual Paulista e doutora em História pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora vinculada ao CEDHAL (Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina) e editora da Revista Sankofa também vinculada à Universidade de São Paulo. E-mail: [renataribeirofrancisco@gmail.com](mailto:renataribeirofrancisco@gmail.com)

## 1. Introdução

A proibição dos sepultamentos em igrejas entre o fim do século XVIII e início do XIX por razões de saúde pública promoveram a criação de um espaço próprio, independente, fisicamente separado do mundo dos vivos. Médicos e higienistas, preocupados com a saúde pública, passaram a condenar o sepultamento então realizado no interior das igrejas por acreditarem que essa prática favorecia a contaminação e disseminação de doenças. A partir de então, criou-se uma legislação severa para a regulamentação dos sepultamentos, determinando a criação de espaços a céu aberto para evitar contaminações nas grandes cidades (NOGUEIRA 2013, p.22).

Esses espaços abrigariam os mortos, recebendo a denominação de necrópoles, campo dos mortos ou ainda de Cemitérios. Essa nova legislação determinava a proibição de valas comuns, bem como a obrigatoriedade do uso de esquifes. Os Cemitérios se transformaram em lugares adequados à visitação, depois do século XVIII, quando projetistas franceses,

Imaginaram cemitérios gramados e arborizados, cemitérios-jardins para serem visitados como lugar de serena meditação, e onde fossem erigidos túmulos vistosos que marcariam um novo tipo de culto aos mortos” (NOGUEIRA 2013, p.35).

No Brasil, o conceito de Cemitério-museu popularizou-se a partir de 2001, após a realização da exposição itinerante idealizada pelo pesquisador Décio Freire dos Santos em shoppings da cidade de São Paulo. A exposição com fotos e informações sobre as lápides de personagens históricas então sepultadas no Cemitério da Consolação atraiu grande público e alcançou amplo sucesso (NOGUEIRA 2013, p.45). Posteriormente, Décio Freire dos Santos encabeçou o projeto de Arte Tumular desenvolvido no Cemitério da Consolação com o apoio do Serviço Funerário do Município de São Paulo.

O projeto de Arte Tumular tencionava transformar a necrópole mais antiga da cidade de São Paulo em museu a céu aberto. A partir de então, as administrações das necrópoles encarregaram-se de instituir visitas monitoradas, com a criação de site para agendamento de visitas, bem como a distribuição de panfletos com indicação da localização das lápides de figuras públicas notáveis ali enterradas desde meados do século XIX (NOGUEIRA 2013, p.43).

O Cemitério da Consolação é a necrópole mais antiga em funcionamento na cidade de São Paulo. Fundado em 10 de julho de 1858, reuniu os restos mortais dos personagens mais ilustres que viveram na cidade intelectuais, políticos, literatos, artistas, músicos, ativistas, abolicionistas e maçons. Lá também encontram-se os túmulos de Luiz Gama e Antônio Bento, dois dos nomes mais importantes do movimento abolicionista de São Paulo. O primeiro membro da Loja América e o segundo da Loja Piratininga.

Os túmulos de Luiz Gama e Antonio Bento foram incluídos nas visitas monitoradas. Ambos tiveram seu valor histórico reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) órgão de proteção. O tombamento assegurava não apenas a manutenção e a proteção dos túmulos, mas afirmava maior visibilidade naquele espaço.

Essa nova perspectiva sobre o espaço permitiria também a criação de parcerias importantes, como os convênios entre a Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e o Serviço Funerário do Município de São Paulo, em 2015. Os aspectos técnicos, históricos e míticos reunidos ampliariam ainda mais as visitas aos túmulos.

A lápide de Luiz Gama, particularmente, destacava-se claramente, em comparação com a de Antonio Bento, porque o primeiro era personagem ligado não apenas a memória da abolição, mas por ser também símbolo da luta negra no Brasil. O túmulo de Luiz Gama era visitado em diferentes ocasiões, entre elas, na data de celebração da Consciência Negra, em 20 de novembro e na data de comemoração da abolição.

O ritual celebrativo que transformou o túmulo de Luiz Gama em lugar de memória da abolição também haveria de ser espaço de celebração da memória da abolição maçônica e, se tornaria uma referência ainda mais importante para a manutenção da memória maçônica da abolição depois de 2001, quando o Cemitério da Consolação deixou de ser apenas a morada dos mortos e passou a integrar roteiros históricos e turísticos da cidade.

Sobre o túmulo do abolicionista encontra-se uma suntuosa escultura, acompanhada de uma placa de mármore cravejada com o símbolo maçônico (figura 1). A lápide, ali instalada na data do primeiro aniversário de morte do abolicionista, em 1883, era presente oferecido pelos membros da Loja maçônica

América, da qual Luiz Gama havia pertencido por um longo período de tempo (BANDECCHI 1982, p. 83).

**Figura 1:** Lápide de Luiz Gama



**Fonte:** Cemitério da Consolação, 2016 (Acervo pessoal)

A lápide de Luiz Gama nos anos subsequentes a sua morte continuou sendo espaço de celebração de sua memória. O ápice da associação da figura de Luiz Gama à seu túmulo aconteceu em 1930. Ano de celebração do centenário de nascimento do abolicionista maçom. No jornal O Estado de São Paulo, na edição comemorativa do centenário de nascimento do abolicionista, essa aproximação entre a imagem do maçom e sua morada ficou evidente. Durante os festejos, a lápide foi evocada como símbolo de memória do maçom (figura 1).

Somente no ano seguinte, em 1931, seria edificado um busto em homenagem a Luiz Gama, no Largo do Arouche. A criação do busco articulada por ativistas negros de São Paulo e do Rio de Janeiro, com a participação de maçons da Loja Luiz Ga-

ma (FERREIRA 2001), não produziu um novo espaço de memória efetivo, haja vista que, o Cemitério continuou protagonizando como espaço de memória e o túmulo do maçom seguiu sendo o mais visitado do local, colaborando para que sua imagem fosse cada vez mais associada a organização maçônica.

Luiz Gama tornou-se um dos principais personagens da história da maçonaria. Sua imagem se tornaria obrigatória em diferentes espaços maçônicos como lojas e museus. Na cidade de São Paulo, na entrada do Grande Oriente de São Paulo encontra-se o busto de Luiz Gama. Essa repetição de referências transformava o abolicionista em um dos principais personagens da organização maçônica, principalmente, em São Paulo, onde atuou parte significativa de sua vida (FERREIRA 2001). Antônio Bento, ao lado de Luiz Gama, também é personagem importante da história da memória da abolição maçônica. O maçom é apontado por muitos estudos historiográficos como sucessor de Luiz Gama na luta contra a escravidão em São Paulo (OTSUKA 2015).

**Figura 2:** Celebração do centenário de nascimento de Luiz Gama



**Fonte:** O Estado de S. Paulo, 21 de junho de 1930.

O reconhecimento da imagem de Antonio Bento como maçom ilustre da história da organização não operou da mesma forma que a de Luiz Gama. Enquanto o primeiro permaneceu à margem das narrativas maçônicas, por um longo período de tempo, sendo incorporado pela literatura dos maçons somente na década de 1980, o segundo sempre esteve presente na historiografia da organização (CASTELLANI 1980).

A Loja Piratininga rendeu homenagem a Antonio Bento, somente, em 2007, quando providenciou uma placa em tributo ao abolicionista. Afixada sobre o túmulo, a placa associa duplamente a imagem de Antonio Bento ao abolicionismo e à organização maçônica. O tributo ao maçom era uma tentativa tardia de edificar mais um símbolo da memória da abolição naquele espaço, que havia ganhado maior visibilidade depois da iniciativa do Cemitério em transformar o espaço em rota turística. Assim como a lápide de Luiz Gama, o túmulo de Antonio Bento (figura 3) havia sido tombado pelo patrimônio histórico e incluído no roteiro de visitaçao do Cemitério.

**Figura 3:** Lápide de Antonio Bento



**Fonte:** Cemitério da Consolação, 2016. (Acervo pessoal)

A placa em homenagem a Antonio Bento, no entanto, trazia apenas uma referência sutil a sua participação na organização maçônica. O símbolo da or-

ganização não é tão perceptível em seu túmulo. A identificação maçônica da lápide é evidente apenas entre aqueles que conhecem minimamente a simbologia da instituição (os três pontos alinhados em forma de triângulo ao final das abreviações presentes na parte superior da placa).

A discreta homenagem indicava que a maçonaria ainda tinha ressalvas quanto à introdução da figura de Antonio Bento na memória da organização, diferentemente da de Luiz Gama, que havia sido incorporada em diferentes espaços maçônicos de modo sistemático. O costume de render homenagens a um Irmão falecido, instalando sobre sua lápide uma placa com dizeres e símbolos maçônicos, era prática comum, dedicada apenas aos que atingissem o grau 33, o mais elevado e símbolo da perfeição maçônica.

No Cemitério da Consolação, verifica-se a presença de inúmeras lápides cravejadas com o símbolo da maçonaria. Além das inscrições no túmulo de Luiz Gama e na lápide de Antonio Bento, identifica-se o túmulo coletivo da Loja Piratininga, onde, encontram-se depositados os restos mortais de outros membros do templo (figura 4).

A flor de acácia empregada na ornamentação do templo tinha sentido místico e simbólico que significava o "indestrutível", o "imperecível". A planta símbolo da maçonaria remete ao mito de origem da organização.

**Figura 4:** Jazigo da Loja Maçônica Piratininga



**Fonte:** Cemitério da Consolação, 2016 (Arquivo pessoal).

No interior do templo costuma-se realizar o evento fúnebre maçônico, denominado de “Pompa Fúnebre”, com o intuito de prestigiar o passamento do Irmão. A celebração efetuava-se “com o corpo presente ou simbolicamente, decorrido trinta dias do passamento” (CAMINO 2010, p.151). Erguia-se um esquife no interior do templo, como se o morto estivesse ali depositado. Fora a realização dessa celebração, a maçonaria não possuía nenhum ritual de sepultamento em si para seus mortos, embora prevalecesse o costume dos maçons de adotarem o rito profano, seguindo o cortejo fúnebre, carregando o corpo do falecido até o Cemitério e, ao final do préstito, todos os Irmãos presentes depositavam sobre o esquife uma flor de acácia (CAMINO 2010, p.151).

Para o maçom, a acácia, além de tudo, constitui-se em um chamamento nostálgico, pois de imediato traz à lembrança o sacrifício de Hiram Abiff. Nas cerimônias de Pompa Fúnebre, o fato de todos depositarem um ramo de Acácia de pequenas dimensões sobre o esquife simboliza a crença de que a morte é provisória. Hiram Abiff foi sepultado por três vezes; a primeira, sob os escombros dos materiais de construção; a segunda vez, na “cova” aberta na terra; a terceira, com honrarias dentro do Templo. (...) Assim, ao se depositarem ramos de Acácia sobre a esquife, há a manifestação da crença de que alguma coisa é imperecível no homem, como o é, simbolicamente, a Acácia. (...) Assim, a Acácia representa, sempre e primordialmente, um duplo símbolo: o da mortalidade e o da imortalidade, o do luto e o do júbilo, o sagrado e o profano (CAMINO 2010, p.13-16).

A simbologia inscrita no ritual fúnebre maçônico revigorava o sentido de construção da memória, tendo como ponto de partida a morte. O ritual fúnebre que determinava a instalação de uma placa sobre a lápide dos Irmãos transformava o túmulo em uma extensão do templo maçônico. Nela residia não apenas a memória do maçom, mas da organização maçônica que ganhava vida a cada visitação.

Conforme Carmen Mcevoy, o impacto dos rituais fúnebres sobre o imaginário coletivo no século XX emergiu com força devido à concepção do binômio “corpo-memória”, termo capaz de mobilizar o

imaginário coletivo no incremento da consagração da memória de personagens importantes (MCEVOY 2006, p.105). Segundo Ana Maria Stiven, o ritual fúnebre cumpria a função não apenas de vivificar a memória do morto, mas servia também como manobra de grupos interessados em mobilizar a imagem do falecido com objetivos políticos, assim como ocorreu com a imagem de Luiz Gama e, em menor proporção, com a de Antonio Bento (STUVEN 2006, p.35).

Na eminência da celebração do dia da Consciência Negra em São Paulo em 2015, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) realizou na Universidade Presbiteriana Mackenzie, nos dias 3 e 4, o evento “Luiz Gama, ideias e legado do líder abolicionista”. A celebração em homenagem ao maçom tinha o propósito de conceder a Luiz Gama, postumamente, o registro profissional honorário como advogado da (OAB), documento entregue ao tataraneto do maçom Benemar França.

No evento, foram lidos trechos do Relatório da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil, apresentado pelo doutor Humberto Adami, presidente da Comissão Nacional sobre a Escravidão Negra. Durante o ato, os participantes foram convidados a seguirem em procissão com destino ao Cemitério da Consolação com o intuito de prestar homenagens ao pé do túmulo do maçom. Do ponto de vista da memória maçônica da abolição o Cemitério tornou-se um importante espaço para valorização da organização.

## 2. O centenário da abolição na memória da maçonaria paulista

A memória da abolição maçônica materializada na construção de museus, bibliotecas e na compilação de livros, ganhou relevo, a partir da década de 1950, como uma tentativa da organização de defender-se da ofensiva antimaçônica. Antes desse período, a movimentação maçônica em prol da construção de sua memória em torno da abolição oscilou consideravelmente.

Nota-se que após a extinção da escravidão algumas tentativas de vincular a memória da abolição à história da maçonaria foram examinadas, mas não com a mesma força que se verificaria nas décadas de 1970 e 1980. Para o ano de 1888, por exemplo, não foram encontrados registros da publicação da edição do jornal Boletim do Grande Oriente do Brasil referente ao fim da escravidão. Nos anos de 1889 e 1890,

o jornal não produziu nenhuma nota a respeito da data do 13 de maio; somente em 1891 a organização manifestou-se sobre a data:

As datas mais memoráveis de nossa história estão ligados nossos Iir.: aos quaes rendemos um solemne preito de homenagem. É esta uma data digna da maior comemoração, que por parte do povo brasileiro, quem por parte de todos os povos, pois que nosso dia, em 1888, foi restituído perto de um milhão de entes humanos o direito de personalidade e grande número de cidadãos. [...] Commemorando hoje esta data celebre, é um dever render preito sincero de homenagem a todos os abolicionistas em particular aos distinctos membros da nossa Sublime Instituição, cuja divisa é: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Registremos, pois aqui, entre outros, os nomes proeminente que representaram o movimento: Visconde do Rio Branco, Grão-Mestre da Ordem, chefe do gabinete 6 de junho, vencido no parlamento, mas vencedor na opinião pública. José Carlos do Patrocínio, o jornalista dedicado à abolição, sobre quem devem recahir especialmente as bênçãos dos libertos. Joaquim Aurelio Nabuco de Araujo, o Tribuno da santa causa, digno companheiro de luta do nosso prestimoso irmão José Mariano Carneiro da Cunha. Quintino Bocayuva, o príncipe do jornalismo, cuja Pena não teve descanso na defesa de tão sagrado direito. João Alfredo Corrêa de Oliveira, o presidente do gabinete que realiso a reforma, tendo por dignos companheiros os maçons Luiz Antonio Vieira da Silva, Grão-Mestre da Ordem e Thomaz José Coelho de Almeida. Antonio Bento de Souza Castro, o chefe abolicionista de São Paulo. Ruy Barbosa, cujo talento tanto se patenteou na defeza de causa tão justa. [...] A loja América, ao Oriente de São Paulo, a filha dilecta de Luiz Gama, de saudosa memória, o defensor incansável dos escravizados. [...] Pelo que deixamos dito vê-lo que à maçonaria brasileira também cabe o seu quinhão de gloria por haver concorrido com um grande reforço para esse exercito que, após tantos combates, teve a sua batalha victoriosa a 13 de maio de 1888, ela tem, pois, o direito de confraternisar com o povo na commemoração do terceiro aniversário desse grande dia (Boletim

do Grande Oriente do Brasil. Publicação mensal, n3, ano 16, maio, 13 de 1891, p.75-77).

Embora o artigo afirmasse que “as datas mais memoráveis de nossa história” incluíssem a abolição da escravidão, nos anos subseqüentes a organização não dedicou uma única linha ao tema. O autor da publicação do texto acima narra os principais momentos que marcaram a história do movimento abolicionista, destacando a participação dos maçons abolicionistas mais ativos. Chama a atenção, contudo, o fato dessa primeira nota trazer um tom mais celebrativo, relativizando, em certo sentido, a participação e a atuação da organização “à maçonaria brasileira também cabe o seu quinhão de gloria por haver concorrido com uma grande reforço para esse exercito que, após tantos combates, teve ai batalha victoriosa a 13 de maio de 1888”. Essa passagem revela que a maçonaria reconhecia a sua participação, mas não se via protagonizando o processo que culminou com a abolição da escravidão. Em nota consecutiva, no entanto, o jornal atribuiu um novo sentido ao papel exercido por ela no movimento abolicionista.

Quem fez a abolição dos escravos fomos nos. O 13 de maio de 1888 é nosso. Reivindicar-o é dever; consagrar-o é direito; historial-o é de restricta obrigação (...) Quanto foi por nós impellido o Visconde do Rio Branco, quanto por nós auxiliado, vós o sabeis. Lojas se fundaram com o objectivo único da libertação dos escravos, e traziam no artigo primeiro dos seus estatutos que nenhum M.: pertencente ao seu quadro poderia possuir escravos.(...) O século XX, o nosso século, não podia ver apagada essa macula da civilização (...) (Boletim do Grande Oriente do Brasil. Jornal Official da Maçonaria Brasileira. Publicação mensal, n3, ano 17, maio, 1892, p.109).

Nota-se que o tom celebrativo foi substituído por um discurso impositivo que imputava à maçonaria supremacia e protagonismo no processo que pôs fim a escravidão. A posição da organização seguiu um sentido de domínio absoluto: “quem fez a abolição fomos nos”. O posicionamento impositivo da organização diminuía a importância de outros atores sociais envolvidos no processo abolicionista, como

evidenciou o próprio Boletim do Grande Oriente do Brasil, em outro artigo também de 1891. CARVALHO 2009).

Troam festivos os canhões da Patria, rememorando altisonos a mais gloriosa pagina da historia do Brazil. Foi a 13 de maio de 1888 que se consolidou a nação brasileira. Foi só então que se completou a obra começada com a Inconfidência Mineira e Tiradentes em 1788; accentuada e firmada, em 1822, por José Bonifacio e Pedro I, proseguida, em 1831, por Diogo Feijó e, em 1850, por Eusebio de Queiroz; mantida por Pedro II, em 1870, na defeza dos brios nacionaes; por Paranhos, Visconde do Rio Branco, em 1871, estancando a fonte que ainda existia das differenças das raças; e depois, pelo Barão de Cotegipe, Antonio Prado, Dantas, Saraiva, Frederico Borges, Antonio Pinto, José do Patrocínio, João Brígido, Nascimento, Antonio Bento, Joaquim Nabuco, João Clapp, Carlos de Lacerda, Luiz Gama ...não citarei mais; por honra da Patria deixei de evocar nomes, (...) todos os povos interessados na gloriosa campanha e no digno de 13 de Maio de 1888, obra da Mulher Sublime, que, a despeito das alternativas da fortuna, há de ser sempre conhecida no Brazil por um nome, que já ficou sendo um appellido na familia brasileira: - Isabel, a Redemptora. A Republica é muito magnânima; a Republica é muito generosa para conservar ódios, fomentar desprezos, alimentar ressentimentos e forjar ingratidões contra quem quer que no passado carregou uma pedra para a sua estatua (...) Há cinco annos (Boletim do Grande Oriente do Brasil. Jornal Official da Maçonaria Brasileira. Publicação mensal, n3, ano 17, maio 1892, p.109).

Nesse artigo, a maçonaria evoca sua participação em diversos eventos históricos desde a Inconfidência Mineira, passando pela Independência política, Abolição e República. A maçonaria não se preocupou em realizar celebrações oficiais que vinculassem a sua imagem ao 13 de maio, porque desfrutava de grandes conquistas. Nesse contexto, a organização havia atingido seu período áureo no país, ocupando lugares importantes na sociedade civil e na esfera política, exercendo ampla influência social e, portanto, não estava preocupada em evocar seu passado com o mesmo vigor que faria tempos depois (CASTELLANI;

Os artigos então produzidos por jornais maçônicos em 1891, contendo palavras de ordem, teriam sentido à organização no futuro, servindo de "documentos históricos" a fim de impor seu protagonismo por meio da construção de narrativas. É interessante observar que nessas primeiras manifestações maçônicas sobre a sua contribuição para a consagração da abolição, os discursos de que a maçonaria teria atuado de forma homogênea e de que todos os maçons eram abolicionistas começaram a ser ventilados (CASTELLANI 1980).

Em âmbito nacional, a maçonaria não celebrou o centenário do 13 de maio. Em 1988, a organização dedicou tempo e atenção ao planejamento e realização das celebrações futuras do Centenário da República (1889) e do Bicentenário da Inconfidência Mineira (1789) (CASTELLANI; CARVALHO 2009, p.286). Já as Lojas maçônicas Piratininga e América da cidade de São Paulo, na ocasião, reuniu os Irmãos de suas lojas afim de celebrar o centenário da abolição.

Às 20:30 horas do dia 11 de maio de 1988 da E.: V.: reuniram-se ao Obr.: da loja Piratininga, (...) para assistirem a uma conferência a ser proferida pelo Ir.: Eurico da Silva Mattoso alusiva ao Centenário da Abolição da Escravidão. (...) Iniciando sua palestra, o Ir.: Eurico dedicou-a ao Ilr.: da "Piratininga" já no Or.: Eterno que lutaram pela causa abolicionista, bem como à vitória do 13 de maio com a decretação da Abolição da Escravidão no Brasil. Vários aspectos foram abordados pela conferência, desde a caracterização do tipo antropológico da raça negra, sua distribuição pela terra, ao aspecto socio-econômicos decorrentes da escravidão do negro. Concluído o seu trab.:, o Ir.: Eurico foi bastante aplaudido pelos presentes. Tomando a palavra, o Ven.: M.: agradeceu em nome da Loja (...) (Ata da Loja Piratininga, 11 de maio de 1988).

As imagens de Luiz Gama e Antonio Bento no contexto do centenário da abolição foram lembradas e mais uma vez o cemitério tornou-se espaço central da celebração. Nas festividades do centenário da abolição caravanas de admiradores foram levadas aos pés dos túmulos de Luiz Gama e Antonio Bento. Em sessão de 11 de maio de 1988, os membros da

Loja América foram convocados a participarem de uma procissão pelas principais ruas do entorno do Cemitério da Consolação com destino final os túmulos dos abolicionistas maçons Luiz Gama e Antonio Bento.

### 3. Considerações Finais

A maçonaria paulista viu a oportunidade de construir a sua memória maçônica vinculada a abolição através da evocação de seus personagens mais ilustres, Luiz Gama e Antonio Bento. Ambos muito conhecidos na cidade de São Paulo e amplamente valorizados nos espaços públicos. O Cemitério, lugar que abriga os restos mortais de ambos, tornou-se lugar estratégico para a consolidação dessa memória. Transformado em museu à céu aberto, o Cemitério atrairia ao local grupos diversificados (turistas, estudantes, pesquisadores, maçons, não-maçons, curiosos e admiradores) à visita. Ao conhecerem a trajetória de Luiz Gama e Antônio Bento, os visitantes, tomariam conhecimento da experiência maçônica desses personagens, e, assim, a maçonaria paulista conseguiria atrelar a imagem dos maçons abolicionistas a memória maçônica da abolição.

### 4. Referências

- BANDECCHI, Brasil. *A bucha, a maçonaria e o espírito liberal*. São Paulo: Editora Parma, 1982.
- Boletim do Grande Oriente do Brasil. Publicação mensal, n3, ano 16, maio, 13 de 1891, p.75-77.
- CAMINO, da Rizzardo. *Dicionário maçônico*. São Paulo: Madras, 2010.
- CARVALHO, Francisco de Assis. *Caderno de estudos maçônicos*. 3ª Edição. Londrina, Paraná: Editora Troilha, 1988.
- CASTELLANI, José. *Os maçons que fizeram a história do Brasil*. São Paulo: Editora A Gazeta Maçônica, 1980.
- \_\_\_\_\_. *História do Grande Oriente de São Paulo*. Brasília: Grande Oriente do Brasil, 1994.
- CASTELLANI, José; CARVALHO, Willian Almeida. *História do Grande Oriente do Brasil: a maçonaria na história do Brasil*. São Paulo: Madras, 2009.
- EVOY, Carmem Mc. El regreso del héroe: Bernardo O' Higgins y su contribución em La construcción del imaginario nacional chileno, 1868-1869. In: *Funerales Republicanos em América del Sur: Tradición, ritual y nación (1832-1896)*. Santiago: Ediciones Centro de Estudios Bicentenario, 2006.
- FERREIRA, Ligia Fonseca. *Luiz Gama (1830-1882) étude sur la vie et l'oeuvre d'un noir citoyen, poete et militant de La cause antiesclavagiste au Brésil*. Paris: Université Paris III – Sorbonne, 2001.
- NOGUEIRA, Renata de Souza. Quando um cemitério é patrimônio cultural. *Dissertação de mestrado* Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Centro de Ciências Humanas e Sociais, 2013, p. 45.
- OTSUKA, Alexandre Ferro. Antonio Bento: discurso e prática abolicionista em São Paulo da década de 1880. *Dissertação de mestrado*. Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação História Social. São Paulo, 2015.
- SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. (Org) Stella Bresciani e Márcia Naxara. 2.ed. São Paulo, Campinas: Editora Unicamp, 2004, p. 40-41.
- STUVEN, Ana Maria. Guerreiros y sábios AL panteón republicano: los funerales de José Miguel Infante y Andrés Bello. In: *Funerales republicanos em América Del Sur: Tradición, ritual y nación, 1832-1896*. Santiago, Chile: Ediciones Centro de Estudios Bicentenario, 2006, p. 31-56.

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A REGULARIDADE MAÇÔNICA**  
(CONSIDERATIONS ON MASONIC REGULARITY)

Rodrigo Otávio dos Anjos<sup>1</sup>

**Resumo**

A regularidade, ainda que de extrema relevância para a Maçonaria, é um tema pouco explorado sob uma ótica científica. Os conceitos básicos que a compõem, em função dessa subexploração, frequentemente geram interpretações equivocadas. Este artigo busca o esclarecimento de alguns pontos fundamentais relativos à regularidade, para que, ao fim, o maçom brasileiro tenha uma ideia clara quanto ao assunto.

**Palavras-chave:** Maçonaria; Regularidade; Reconhecimento.

**Abstract**

Regularity, yet extremely important to Freemasonry, remains a very little explored subject under a scientific point of view. Its basic concepts, due to this underexploration, frequently generate misinterpretations. This article aims to the enlightenment of some of the core components related to regularity, to provide Brazilian Freemasons with a clear idea on the subject.

**Keywords:** Freemasonry; Regularity; Recognition.

<sup>1</sup> Rodrigo Otávio dos Anjos é arquiteto e urbanista, graduado pelas Faculdades Metodistas Integradas Izabela Hendrix, e artista plástico, graduado pela Universidade Federal de Minas Gerais, com habilitações em Desenho e Gravura. E-mail: [ranjos@gmail.com](mailto:ranjos@gmail.com)

## 1. Introdução

Especialmente nos últimos anos, quando a discussão sobre esse tema foi intensificada no Brasil, muito se tem falado sobre regularidade maçônica. No entanto, ainda que tenhamos excelentes artigos escritos por pesquisadores sérios (e, obviamente, adotando uma metodologia científica em suas pesquisas), boa parte do material que encontramos disponível sobre o assunto é baseado exclusivamente no empirismo, fundamentado em experiências e opiniões pessoais.

Por mais que reconheçamos as boas intenções que permeiam parcela considerável desses escritos, frequentemente os resultados obtidos não são exatamente aqueles que deveríamos esperar. Muitas vezes esses artigos resultam em um verdadeiro desserviço à Maçonaria, uma vez que propagam informações incorretas (incompletas, para dizer o mínimo), contribuindo para a desinformação do maçom brasileiro.

Embora não faça parte do escopo deste trabalho, é importante frisar a importância do que chamamos de “educação maçônica”, de buscarmos informações em autores sérios, que baseiam seu trabalho em fontes confiáveis, e não apenas em opiniões pessoais. Na obra “Masonic Discourses”, de um ex-dirigente de uma importante Grande Loja norte-americana, lemos que “um maçom educado é um maçom dedicado” (ALADRO, 2014, V. 1, p. 13).

## 2. Conceitos básicos

Tendo em vista as frequentes confusões causadas por seu emprego e interpretação equivocadas e, em nome de uma melhor compreensão, antes de entrarmos efetivamente no tema central deste artigo, é fundamental que trabalhem alguns conceitos básicos, no intuito de esclarecer suas definições e aplicações práticas.

### 2.1 Potência e Obediência

Potência maçônica e obediência maçônica são dois termos amplamente utilizados no Brasil e frequentemente tidos como sinônimos.

A dificuldade em torno de suas definições reside, sobretudo, no fato de que sua utilização no contexto maçônico é algo eminentemente latino, isto é, os termos são raramente encontrados em outras culturas, onde quer que seja. A título de esclarecimento,

nos países de origem não latina, a expressão equivalente é corpo maçônico.

Assim, a despeito de serem considerados intercambiáveis, entendemos que cabe uma diferenciação, baseada nas definições de ambas as palavras nos dicionários da língua portuguesa, que pressupõem uma diferenciação clara.

Enquanto o verbete “potência” define a soberania, o poder e a capacidade de se fazer obedecer, isto é, a autoridade sobre algo ou alguém que a ela se submeta, “obediência”, ao contrário, implica a ideia de submissão a uma autoridade superior.

Dessa oposição conceitual, depreende-se que, considerando exclusivamente as organizações maçônicas regulares no Brasil, o Grande Oriente do Brasil (poder central), as Grandes Lojas confederadas à Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil-CMSB e os Grandes Orientes estaduais confederados à Confederação Maçônica do Brasil-COMAB podem ser considerados potências maçônicas, enquanto os Grandes Orientes estaduais federados ao Grande Oriente do Brasil se enquadram no conceito de obediência maçônica.

No entanto, em nome de uma maior praticidade, neste trabalho foi utilizado o termo “potência maçônica” para se referir a potências ou obediências.

### 2.2 Grande Oriente e Grande Loja

Existem algumas hipóteses quanto às diferenças entre as duas denominações e, como era de se esperar, é muito difícil afirmar que essa ou aquela seja a correta. No entanto, indubitavelmente, o emprego do termo Grande Loja é anterior ao surgimento de Grande Oriente.

A seguir analisaremos algumas dessas teorias:

Conforme observa Carolino (2018), inicialmente, por Grande Oriente, entendia-se o local (a sede) onde tinham lugar as assembleias, convenções e comunicações das Grandes Lojas. Para ele, a denominação Grande Loja teria surgido inicialmente na Alemanha, embora sua sistematização tenha se dado na Inglaterra, no ano de 1717. Por outro lado, ainda segundo o mesmo autor, o primeiro Grande Oriente, na acepção que utilizamos atualmente, teria se originado na França, por volta de 1773, e por mera obra do acaso.

Já Christopher Hodapp, em "Maçonaria para Leigos", nos apresenta uma versão diferente. De acordo com esse autor, há alguns detalhes que diferenciam um Grande Oriente de uma Grande Loja:

Um Grande Oriente considera-se uma federação de diferentes Lojas. As Lojas que ele preside podem ter uma grande variedade de rituais, costumes e práticas, e o Grande Oriente age como um corpo administrativo simples, com poucas regras para todo o grupo.

Um Grande Oriente é composto de um Grão-Mestre e um conselho nomeado por ele. Esse conselho, por sua vez, nomeia o Grão-Mestre. Ele não tem um órgão administrativo composto por representantes das muitas Lojas que supervisiona. De fato, é uma oligarquia [...]. (HODAPP, 2015, p. 119-120).

Uma terceira visão, sustentada por Henderson e Pope, diz que uma Grande Loja

Consiste em representação livre e igual de suas Lojas constituintes.

É independente, soberana e autônoma, formada e mantida pelos Maçons de sua jurisdição.

Assume, através de constituições escritas, todo o poder legislativo sobre suas Lojas constituintes e muitos poderes administrativos e judiciais.

É controlada por um Grão-Mestre eleito, por seus Membros e pelos Grandes Oficiais, sendo todos responsáveis por ela. (HENDERSON; POPE, 2001, p. 30).

Por outro lado, assim como Hodapp (2015, p. 120), os autores definem Grande Oriente como "uma oligarquia Maçônica", onde "o Grão-Mestre sempre é designado pelo conselho e este tem o poder executivo para designar qualquer Membro, com um resultado autopetruante" (2001, p. 31).

Ainda sobre essa forma de governo, Henderson e Pope acrescentam que, com frequência,

um Grande Oriente é subordinado a um Supremo Conselho do Rito Escocês", o que "apresenta uma barreira ao reconhecimento", embora existam aqueles que "controlam um sistema do Rito Escocês dentro de sua Jurisdição; e alguns são completamente separados do Rito Escocês (2001, p. 32).

Hoje em dia, a despeito das origens e formas de governo diversas, os dois termos carregam o mesmo significado, qual seja, um corpo maçônico superior, que congrega sob a sua égide todas as suas Lojas jurisdicionadas.

Assim como feito quando da opção pela utilização da expressão potência maçônica (devidamente explicitado na subseção anterior) e, pelas mesmas razões, foi empregado, de maneira genérica, o termo "Grande Loja" para designar tanto Grandes Lojas quanto Grandes Orientes.

### 2.3 Regularidade e Reconhecimento

Certamente dentre os termos menos compreendidos pela maioria esmagadora dos maçons, regularidade e reconhecimento, embora absolutamente diferentes, estão intimamente ligados, e isso causa toda a confusão que os envolve.

Em rápidas palavras, tentaremos esclarecer todas as dúvidas que pairam sobre o real significado, maçonicamente falando, dessas duas palavras.

Regularidade é um conceito concreto, absoluto, que não deixa margem para quaisquer dúvidas, uma vez que se faça uma análise cuidadosa de alguns documentos.

Existem certos conjuntos de princípios para a determinação da regularidade ou não de uma potência maçônica, que serão descritos adiante, na seção 4. Uma vez que a potência em questão preencha todos aqueles requisitos, uma vez que siga todos aqueles princípios, ela é indubitavelmente regular. Lado outro, o não atendimento de um único princípio, qualquer que seja ele, é o bastante para decretar sua irregularidade.

Reconhecimento, por sua vez, é uma prerrogativa de cada potência, calcada no princípio básico da soberania, segundo o qual potência alguma pode estar sujeita à autoridade de qualquer outro corpo

maçônico. Trata-se de um acordo, um ato diplomático, uma decisão necessariamente bilateral (ainda que a vontade de um dos envolvidos possa ter um peso maior).

Conforme nos diz a Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, um dos principais pontos do protocolo de relações interpotenciais maçônicas é aquele que diz que “sempre a Potência Maçônica mais nova solicita o reconhecimento da Potência mais antiga” (2000, p. 6).

Para uma compreensão mais ampla dos conceitos aqui abordados, há dois outros pontos dignos de menção:

ainda que seja prerrogativa exclusiva de uma potência maçônica, o reconhecimento só deve ser estendido (maçonicamente, estender o reconhecimento é o mesmo que concedê-lo) a outra potência sobre cuja regularidade não reste qualquer dúvida. Ao reconhecer um corpo irregular, a potência que estende o reconhecimento se torna, automaticamente, tão irregular quanto aquela; e

reconhecimento é um privilégio, não um direito, significando que a assunção da regularidade de uma potência não implica, em absoluto, no seu reconhecimento, embora seja condição sine qua non para que possa ser efetivamente reconhecida.

Finalizando esta subseção, ainda sobre a situação descrita no item “b” acima, Aquiles Garcia nos lembra que:

O NÃO RECONHECIMENTO DE UMA POTÊNCIA POR OUTRA NÃO INDUZ, NECESSARIAMENTE, QUE A PRIMEIRA SEJA “IRREGULAR”, mas sim, alternativamente, ou porque (a) não há similitude ritualística, doutrinária e organizacional entre as duas Potências, o que dificultaria sobremodo o intercâmbio maçônico, ou porque (b) não há interesse político para esse reconhecimento, que é fator eminentemente subjetivo. (GARCIA, 2012, p. 183).

## 2.4 Irregular e Espúrio

Baseado no exposto na subseção anterior, resta pouca dúvida quanto ao que venha a ser uma organização maçônica irregular. No entanto, existe outro termo amplamente utilizado para definir tais insti-

tuições, mas que, a rigor, tem significado diverso. Trata-se do termo “espúrio”.

Irregular, segundo os dicionários da língua portuguesa, seria toda pessoa ou instituição que não esteja em conformidade com as normas ou regulamentos estabelecidos, em suma, que incorra em uma ou mais irregularidades.

Espúrio, por sua vez, denota aquilo que seja ilegítimo, falsificado. Ou seja, implica uma atividade ilegal, algo absolutamente diverso do simples não atendimento de determinados requisitos.

Assim, é correto dizer que toda organização espúria é necessariamente irregular, embora nem toda irregular possa ser classificada como espúria, por envolver questões outras que não os princípios básicos de regularidade.

## 2.5 Landmarks

Muito se fala sobre os chamados landmarks, mas será que realmente sabemos a que nos referimos quando os mencionamos?

Segundo Pound, os landmarks nada mais são que “um conjunto de preceitos de validade Maçônica universal, unindo Maçons e organizações Maçônicas em todos os lugares e em todos os tempos” (POUND, 1953 apud COOPER, 2015, p. 3, tradução nossa).

Já Mckeown (2016, p. 1, tradução nossa) aponta que “a primeira tentativa, por parte de alguma Grande Loja, de definir os landmarks foi na união das Grandes Lojas Inglesas em 1813, quando elas os definiram como a iniciação, passagem, elevação e instrução de candidatos – nada mais que isso”.

Até esse ponto tudo pode parecer muito claro, mas é justamente onde o quadro começa a se complicar. Ao contrário do que muitos maçons brasileiros possam pensar, os landmarks que conhecemos não só não são universalmente aceitos como também não constituem o único conjunto existente.

O que adotamos no Brasil é tão somente a compilação de 25 preceitos, dentre os muitos que eram então aceitos pelas mais diversas Grandes Lojas, feita pelo maçom norte-americano Albert G. Mackey, em 1858 (mais de um século, portanto, após a fundação da primeira Grande Loja, ocorrida em 1717). Se são assim tão fundamentais, e se a compilação de Mackey é mesmo a única válida, como a Maçonaria sobreviveu por mais de 100 anos sem eles?

Assim como Mackey, outros estudiosos também o fizeram, de modo que existem diferentes conjuntos de landmarks, que diferem, não só em seu conteúdo, mas também no número de preceitos incluídos. Dentre os principais autores de compilações de landmarks, citamos Luke Lockwood, H. B. Grant, John Simons, Rob Morris, Roscoe Pound e Albert Pike.

E mais, se Mackey não foi o único a compilar sua própria lista, tampouco foi o primeiro. Aqui recorreremos novamente a McKeown (2016, p. 1, tradução nossa), que nos diz que, apenas nos Estados Unidos, antes de Mackey, o fizeram as Grandes Lojas dos estados do Missouri, em 1850, da Califórnia, em 1852 (embora sem sucesso), e de Minnesota, em 1856, além da iniciativa pessoal de Rob Morris, também em 1856, ainda que, anos mais tarde, em 1874, em sua "Enciclopédia de Maçonaria", apresente a alegação de que teria sido o primeiro a fazê-lo.

E diferentes Grandes Lojas aderem a diferentes conjuntos de landmarks, existindo até mesmo aquelas que não adotam nenhum deles. Como exemplo, podemos citar Silas Shepherd (1915), que, em um artigo publicado na revista "The Builder", destaca que as Grandes Lojas norte-americanas dos estados do Alabama, Louisiana, Mississippi, Ohio, Texas e Utah não adotam nenhum conjunto em particular e, de outro lado, temos as Grandes Lojas dos estados de Connecticut, que adota uma lista com 19 landmarks, Kentucky, com 54 princípios, New Jersey, com 10, Nevada, com 39, Tennessee, com 15 e, finalmente, West Virginia, com 7.

E Morris acrescenta que se trata de algo eminentemente americano, uma vez que "a Grande Loja da Inglaterra, que deve saber algo sobre o assunto, não adotou os Landmarks", considerando-os um "desperdício de energia" (MORRIS, 1993 apud Bizzack, 2018, p. 11, tradução nossa).

Andrew McBride, já em 1914, chamava nossa atenção para o fato de que "entre maçons, não há palavra mais comum, e nem menos compreendida, que 'landmarks'. A importância de sabê-los é do conhecimento de todos; sua compreensão é restrita a poucos" (McBRIDE, 1914 apud Bizzack, 2018, p. 1, tradução nossa). Embora escritas há mais de um século, suas palavras permanecem perfeitamente adequadas à realidade atual.

## 2.6 List of Lodges, Masonic

Tão mal compreendido quanto os termos analisados nas subseções anteriores é o List of Lodges, Masonic.

Não raro ouvimos maçons brasileiros se referirem a essa publicação como sendo de responsabilidade das Grandes Lojas norte-americanas; a referência definitiva quanto a quem seja ou não regular; e, até mesmo, a lista de todas as potências maçônicas do mundo que tenham sido reconhecidas pela Grande Loja Unida da Inglaterra. Todas essas afirmações não poderiam estar mais distantes da verdade.

Em primeiro lugar, trata-se de uma publicação independente, produzida por uma companhia editorial que não tem nenhuma ligação, exceto uma relação estritamente comercial, com quaisquer Grandes Lojas, de onde quer que sejam.

O requisito para que uma Grande Loja seja incluída no livro é que seja reconhecida por, no mínimo, 10 Grandes Lojas dentre as 51 dos Estados Unidos. Ou seja, para qualquer potência maçônica, ter seus dados nas páginas da publicação garante, tão somente, que ao menos uma dezena de Grandes Lojas a reconhecem e, ao contrário, a ausência de qualquer Grande Loja no List of Lodges, Masonic não implica em sua irregularidade.

Finalmente, e em decorrência do exposto acima, a Grande Loja Unida da Inglaterra não necessariamente reconhece todas as potências maçônicas que aparecem no livro, uma vez que o requisito é o seu reconhecimento por 10 Grandes Lojas dos Estados Unidos.

## 3. Antecedentes históricos

Em meados do século XVIII, a Maçonaria viveu sua primeira grande divisão, quando duas Grandes Lojas antagônicas lutavam pela hegemonia da instituição na Inglaterra: a Grande Loja de Londres que, embora mais antiga, foi alcunhada como "dos Modernos", e a Grande Loja dos Antigos, que observou um crescimento significativo, aliado à sua aproximação com as Grandes Lojas da Irlanda e Escócia (DEL SOLAR, 2017, p. 23-24). Esse crescimento dos Antigos, em grande parte, se deveu à sua maior expansão nos Estados Unidos.

Entre os anos de 1777 e 1791, Lojas em diversos estados norte-americanos se desligaram dos in-

gleses, iniciando o processo de constituição de Grandes Lojas independentes.

Para Felipe Santiago Del Solar

Foi durante esse processo que se gerou o princípio de exclusividade jurisdicional, norma que estabelecia que cada Grande Loja exercia soberania em um setor geográfico determinado e, conseqüentemente, controlava as Lojas que ali existissem.

Deste modo, o Pacto de União de 1813, que deu vida à Grande Loja Unida da Inglaterra, se permitiu a unidade britânica, manteve a existência de um espaço completamente autônomo, como os Estados Unidos, que não só deixou de reconhecer a primazia da Inglaterra mas, ainda, impulsionou um processo de territorialização análogo ao desenvolvido pelo Grande Oriente de França na Europa (2017, p. 24-25, tradução nossa).

Importante notar que a questão da exclusividade jurisdicional (ou territorial), mencionada por Del Solar, ainda que não esteja explicitada nas listas de princípios de regularidade expostas detalhadamente a seguir, exceção feita àquela elaborada pela Conferência de Grão-Mestres de Maçons na América do Norte, é algo aceito tacitamente por todo o mundo maçônico.

#### 4. Princípios de Regularidade

Existem alguns conjuntos de princípios fundamentais a serem respeitados por toda e qualquer potência maçônica que deseje ser considerada regular, dos quais os mais frequentemente considerados são aqueles elaborados pela United Grand Lodge of England, pela Grande Loge Nationale Française e pela Commission on Information for Recognition, órgão da Conference of Grand Masters of Masons in North America. A Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil-CMSB, também adota sua própria lista de princípios de regularidade.

Esses quatro conjuntos são transcritos nas subseções seguintes.

#### 4.1. United Grand Lodge of England

Inicialmente veremos a versão inglesa, originalmente publicada em 4 de setembro de 1929, e certamente a mais aceita em todo o mundo.

Segundo o que podemos ler nas Constituições da Grande Loja Unida da Inglaterra, para que seja considerada regular e, conseqüentemente, apta a solicitar o reconhecimento inglês, qualquer potência maçônica deve preencher os seguintes princípios:

1. Regularidade de origem; isto é, cada Grande Loja deve ter sido legalmente estabelecida por uma Grande Loja devidamente reconhecida ou por três ou mais Lojas regularmente constituídas.
2. Que uma crença no Grande Arquiteto do Universo e Sua verdade revelada seja uma qualificação essencial para filiação.
3. Que todos os Iniciados tomem seus Juramentos sobre ou na presença do Volume da Lei Sagrada, o que significa a revelação do alto, que é o compromisso na consciência do indivíduo em particular que está sendo iniciado.
4. Que a filiação à Grande Loja e às Lojas individuais seja composta exclusivamente por homens; e que cada Grande Loja não mantenha relacionamento Maçônico de qualquer espécie com Lojas mistas ou com corpos que admitam a filiação de mulheres.
5. Que a Grande Loja tenha jurisdição soberana sobre as Lojas sob seu controle; isto é, que seja uma organização responsável, independente e autogovernada, com autoridade exclusiva e não-disputada sobre o Ofício ou Graus Simbólicos (Aprendiz, Companheiro e Mestre Maçom) na sua Jurisdição; e, de modo algum, esteja sujeita a, ou divida tal autoridade com um Supremo Conselho ou outra Potência alegando qualquer controle ou supervisão sobre esses graus.
6. Que as três Grandes Luzes da Maçonaria (o Volume da Lei Sagrada, o Esquadro e o Compasso) devam sempre ser expostos quando a Grande Loja ou suas Lojas subordinadas estejam trabalhando, o principal desses sendo o Volume da Lei Sagrada.

7. Que a discussão de religião e política dentro de Loja seja estritamente proibida.
8. Que os princípios dos Antigos Landmarks, usos e costumes do Ofício sejam estritamente observados. (UNITED GRAND LODGE OF ENGLAND-UGLE, 2020, p. xiv-xv, tradução nossa).

O não cumprimento de quaisquer dos itens acima listados implica na irregularidade, o que não admite questionamentos. Desde que não atenda a um único desses princípios, de nada adianta que uma Grande Loja respeite todos os demais; ainda assim será tida como irregular. Importante lembrar que a irregularidade decretada pelo descumprimento de determinados princípios em particular, devido à sua natureza, é passível de reversão.

Ressalte-se que, assim como ocorre com todas as potências maçônicas regulares do mundo, o cumprimento integral dos princípios de regularidade não garante o reconhecimento por parte da Grande Loja Unida da Inglaterra, uma vez que se trata de uma prerrogativa exclusiva de cada Grande Loja, o que é assegurado pelo princípio de número 5, que garante sua soberania e independência.

#### 4.2 Grande Loge Nationale Française

Visto o que pressupõe a versão inglesa, passemos à apresentação do que dita aquela adotada pela Grande Loja Nacional Francesa, conhecida como a "regra em doze pontos", aprovada por sua Assembleia Geral, realizada no dia 7 de dezembro de 1968:

- 1) A Maçonaria é uma fraternidade iniciática que tem por fundamento tradicional a fé em Deus, Grande Arquiteto do Universo.
- 2) A Maçonaria se refere aos "Antigos Deveres" e aos "Landmarks" da Fraternidade, notadamente quanto ao respeito absoluto às tradições específicas da Ordem, essencial à regularidade de sua jurisdição.
- 3) A Maçonaria é uma Ordem à qual só podem pertencer homens livres e respeitáveis, que se engajam a colocar em prática um ideal de paz, de amor e de fraternidade.

4) A Maçonaria visa, pelo aperfeiçoamento moral de seus membros, o de toda a humanidade.

5) A Maçonaria impõe a todos os seus membros a prática exata e escrupulosa dos rituais e do simbolismo, meios de acesso ao conhecimento pelas vias espirituais e iniciáticas que lhe são próprias.

6) A Maçonaria impõe a todos os seus membros o respeito pelas opiniões e crenças de cada um. Ela proíbe em seu seio qualquer discussão ou controvérsia política ou religiosa. É, assim, um centro permanente de união fraternal onde reina uma compreensão tolerante e uma frutífera harmonia entre homens que, fora dela, teriam permanecido estranhos uns aos outros.

7) Os Maçons tomam seus juramentos sobre um Volume da Lei Sagrada, a fim de dar à promessa o caráter solene e sagrado indispensável à sua perenidade.

8) Os Maçons se reúnem, fora do mundo profano, em Lojas onde estão sempre expostas as três grandes Luzes da ordem: um Volume da lei Sagrada, um Esquadro e um Compasso, para trabalhar de acordo com o rito, com zelo e assiduidade, em conformidade com os princípios e regras prescritas pelas Constituições da Obediência.

9) Os Maçons não devem admitir em suas Lojas senão homens adultos, de reputação perfeita, homens de honra, leais e discretos, dignos em todos os aspectos de ser seus irmãos e aptos a reconhecer os limites do domínio do homem e do infinito poder do Eterno.

10) Os Maçons cultivam em suas Lojas o amor à Pátria, a submissão às leis e o respeito às Autoridades constituídas. Eles consideram o trabalho como o dever primordial do ser humano e o honram em todas as suas formas.

11) Os Maçons contribuem, pelo exemplo ativo de seu comportamento viril e digno, para a resplandecência da Ordem em respeito ao sigilo maçônico.

12) Os Maçons devem honra, ajuda e proteção fraternal mútua, mesmo que com risco a suas vidas. Eles praticam a arte de conservar, sob todas as circunstâncias, a calma e o equilíbrio indispensáveis a um

perfeito autocontrole. (GRANDE LOGE NATIONALE FRANÇAISE-GLNF, 2020, tradução nossa).

nal” (CONFEDERAÇÃO DA MAÇONARIA SIMBÓLICA DO BRASIL-CMSB, 2000, p. 2):

### 4.3. Commission for Information on Recognition

Aqui são reproduzidos os princípios adotados na América do Norte, elaborados em 1952 pela Comissão de Informações para Reconhecimento, órgão da Conferência de Grão-Mestres de Maçons na América do Norte:

1. Legitimidade de Origem.
2. Jurisdição Territorial Exclusiva, exceto por consenso mútuo e/ou tratado.
3. Aderência aos Antigos Landmarks – especificamente, uma Crença em Deus, o Volume da Lei Sagrada como uma parte indispensável do mobiliário da Loja, e a proibição da discussão sobre política e religião. (CONFERENCE OF GRAND MASTERS OF MASONS IN NORTH AMERICA-COGMNA, 2019, tradução nossa).

À primeira vista, especialmente sob um olhar incauto, os princípios norte-americanos podem parecer demasiadamente simplificados, mas uma análise um pouco mais atenta mostra que basicamente todos os princípios adotados na Inglaterra e na França estão aqui contemplados.

Em estrito cumprimento ao princípio da soberania de cada Grande Loja, - e não poderíamos essa Comissão, por definição, apenas abastecer as Grandes Lojas membros da Conferência com o resultado de suas investigações, “e não tenta influenciar ou recomendar que ação deva ser tomada” (COGMNA, 2019, tradução nossa).

### 4.4 Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil

Encerrando esta seção, voltemo-nos para os princípios adotados pela Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil-CMSB, conforme estabelece seu “Manual das Relações Exteriores das Grandes Lojas Brasileiras”, elaborado para servir como um “roteiro teórico e prático” a seus membros, como forma de “orientar e padronizar o relacionamento entre as Grandes Lojas Brasileiras e a Maçonaria Internacio-

- a) a crença em Deus, o Grande Arquiteto do Universo que invoca;
- b) o sigilo absoluto;
- c) o simbolismo da Maçonaria Operativa;
- d) a divisão da Maçonaria nos 3 graus: Aprendiz, Companheiro e Mestre-Maçom;
- e) a lenda do Terceiro Grau;
- f) o juramento em nome de Deus sobre o Livro Sagrado que é parte imprescindível das alfaías da Loja e aberto durante os seus trabalhos;
- g) a presença em Loja das três Grandes Luzes da Maçonaria: O Livro Sagrado, o Esquadro e o Compasso, durante os trabalhos;
- h) as finalidades dominantes da Caridade, Benevolência e Educação, assim como a livre investigação da Verdade;
- i) a absoluta proibição de toda a discussão de questões partidárias, políticas e religiosas. (CMSB, 2000, p. 3.)

Importante ressaltar que, salvo pequenas variações e diferenças no estilo de redação, os princípios básicos que norteiam o conceito de potência maçônica regular são os mesmos em todo o mundo.

### 5. Landmarks e Constituições de Anderson

De acordo com o exposto na subseção 2.5, é difícil determinarmos precisamente o que vêm a ser os landmarks, mencionados nos três primeiros conjuntos de princípios básicos de regularidade vistos na seção anterior.

A Grande Loja Unida da Inglaterra (2020, p. XV) exige “que os princípios dos Antigos Landmarks, usos e costumes do Ofício sejam estritamente observados”. Já para a Grande Loja Nacional Francesa (2020), “a Maçonaria se refere aos ‘Antigos Deveres’ e aos ‘Landmarks’ da Fraternidade, notadamente quanto ao respeito absoluto às tradições específicas da Ordem, essencial à regularidade de sua jurisdição”. Finalmente, a Comissão de Informações para Reconhecimento (COGMNA, 2019) pressupõe a “aderência

aos Antigos Landmarks – especificamente, uma Crença em Deus, o Volume da Lei Sagrada como uma parte indispensável do mobiliário da Loja, e a proibição da discussão sobre política e religião”.

Mas, se os landmarks são amplamente aceitos como um requisito fundamental para a regularidade maçônica, e se existem diversas compilações, como saber a que landmarks exatamente nos referimos?

Ainda que, aparentemente, não tenhamos a resposta a esse questionamento, Cooper (2015, p.10-14) nos apresenta uma hipótese bastante plausível. Ele sugere que, uma vez que não tenhamos condições de definir com precisão a que landmarks devemos nos ater, a solução seria nos voltarmos àqueles princípios fundamentais, comuns a todas as organizações maçônicas, quais sejam: a tradição iniciática e a preservação de seus rituais. Em outras palavras, para Cooper, a resposta à questão da definição dos landmarks estaria nos próprios rituais maçônicos.

O mesmo Cooper nos fala sobre a máxima *Lex Orandi, Lex Credendi* que, em tradução livre, pode ser entendida como “a lei da oração é a lei da crença” (2015, p. 11, tradução nossa). Ora, é inegável que os rituais maçônicos são uma importante fonte de conhecimentos, e que, especialmente os rituais mais antigos, nos fornecem preciosas informações sobre a natureza da Maçonaria. Assim, a resposta que tanto buscamos estaria encerrada nos vários “catecismos” encontrados nos rituais maçônicos, tanto os atuais quanto os mais antigos.

Voltemos, pois, nossa atenção ao terceiro princípio de regularidade elencado pela lista norte-americana, que nos diz claramente que os antigos landmarks seriam “especificamente, uma Crença em Deus, o Volume da Lei Sagrada como uma parte indispensável do mobiliário da Loja, e a proibição da discussão sobre política e religião” (COGMNA, 2019, tradução nossa), e não qualquer outra compilação de deveres feita por esse ou aquele autor, e adotada por essa ou aquela Grande Loja em particular. Isso parece esclarecer nossa dúvida.

No que se refere às Constituições de Anderson, o desafio não é tão mais simples do que aquele que diz respeito aos landmarks.

Publicada originalmente em 1723, sob o título *The Constitutions of the Free-Masons containing the History, Charges, Regulations, &c. of the most Ancient and Right Worshipful Fraternity* (em tradução li-

vre, “As Constituições dos Pedreiros-Livres contendo a História, Deveres, Regulamentos, etc. da mais Antiga e Respeitável Fraternidade”), foi escrita por James Anderson como sendo o conjunto de regras e regulamentos da primeira Grande Loja.

Ocorre que a própria Grande Loja Unida da Inglaterra, sucessora daquela Grande Loja original, já não adota as Constituições de Anderson há cerca de dois séculos e meio. Como, então, em pleno século XXI, ainda há tantas potências que declaram segui-las fielmente?

No Brasil, explicitamente, adotam as Constituições de Anderson o Grande Oriente do Brasil-GOB, as Grandes Lojas dos estados de Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins, além dos 22 Grandes Orientes estaduais confederados à COMAB (que, segundo seu Estatuto, só aceita como membros aquelas obediências que adiram às Constituições de Anderson). Lado outro, há quem, como as Grandes Lojas do Distrito Federal e Piauí, que não faz menção alguma a elas, e ainda outras que afirmam adotar as “antigas Constituições”, embora não mencionem diretamente o nome de Anderson, como as Grandes Lojas do Acre, Espírito Santo, Pará e São Paulo.

Se a questão envolvendo esse documento é complexa, a resposta a essa pergunta, todavia, é simples: porque parcela considerável dos maçons brasileiros sequer sabe o que realmente pregam as Constituições de Anderson.

Uma leitura rápida de seu conteúdo é o bastante para constatar que trata-se de um conjunto de normas absolutamente ultrapassado, impossível de ser seguido nos dias de hoje (inadequadas, para dizer o mínimo). No entanto, ainda assim, insistimos em dizer que as adotamos.

E isso sem mencionar o fato de que, como nos lembra Ismail (2015), por se tratar da legislação particular de uma Grande Loja específica, como poderíamos ser instados a segui-la, uma vez que não somos filiados àquela potência maçônica?

Assim, no tocante aos landmarks e às Constituições de Anderson, pode-se dizer que sua importância, nos dias de hoje, é tão somente histórica (valor esse que não pode ser menosprezado), não

tendo lugar, no entanto, como legislação a ser cumprida.

## 6. Organizações regulares no Brasil

Ante o exposto nas seções anteriores, e com base nos vários reconhecimentos firmados no Brasil, a tarefa de enumerar as potências maçônicas regulares existentes em nosso país não se constitui em nenhum desafio em especial.

Ainda que nem todas se reconheçam mutuamente, e ainda que subsistam algumas divergências aqui e ali, podemos com relativa facilidade enunciar que, no Brasil, existem três grandes grupos maçônicos regulares, conforme dito acima, na subseção 2.1:

- o Grande Oriente do Brasil-GOB, com seus Grandes Orientes Estaduais federados;
- as Grandes Lojas, em número de 27 (sendo uma em cada Unidade da Federação), confederadas à Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil-CMSB;
- os Grandes Orientes estaduais, em número de 22, confederados à Confederação Maçônica do Brasil-COMAB.

Assim, chegamos ao número total das potências maçônicas simbólicas regulares brasileiras, qual seja, 50.

## 7. Organizações irregulares no Brasil

Ao contrário do que ocorre com as potências maçônicas regulares, qualquer tentativa, por modesta que seja, de catalogar as organizações que, a despeito de não preencherem um ou mais dos princípios de regularidade, se autoproclamam maçônicas, é tarefa das mais árduas.

Isso porque, movidas por razões as mais diversas, tais organismos não cessam de surgir, tanto no Brasil quanto em várias outras partes do mundo.

Como o foco deste estudo são as organizações desse tipo existentes em nosso país, vamos voltar nossa atenção a elas, desconsiderando, aqui, todas aquelas em funcionamento em outros países.

Fruto de um trabalho de pesquisa realizado por um grupo de maçons brasileiros, foi elaborada uma listagem com todas as organizações irregulares que lhes foi possível identificar, até o momento em

número superior a uma centena. Esse esforço conjunto foi iniciado há mais de uma década, e seus resultados vêm sendo constantemente atualizados, até mesmo em função do frequente surgimento de novas instituições.

Dentre todos os organismos identificados até o momento, 61 têm atuação nacional, enquanto as outras restringem sua área de influência a alguma região específica. Por razões óbvias, e também em nome da brevidade, a lista completa não será reproduzida neste trabalho.

No entanto, apenas a título de ilustração, as Unidades da Federação com maior incidência de organizações irregulares são os estados do Rio Grande do Sul, com 8, São Paulo, com 7, Minas Gerais e Paraná, com 4 cada, e Amazonas, com 3 organismos.

Importante ressaltar que tais instituições estão presentes, em maior ou menor escala, em todas as Unidades da Federação.

## 8. Regularidade de Corpos Maçônicos dos Altos Graus

Até aqui tratamos exclusivamente do conceito de regularidade aplicado à Maçonaria Simbólica, isto é, no que se diz respeito às potências maçônicas cuja jurisdição abrange tão somente os três graus simbólicos (Aprendiz Maçom, Companheiro Maçom e Mestre Maçom).

Mas os chamados "altos graus", independentemente do rito maçônico a que se referem, não estão isentos da questão da regularidade de suas organizações. Ao contrário, organismos irregulares existem em profusão.

Embora situação similar ocorra no que tange a diversos outros ritos, nesta seção, a título de exemplo, abodaremos apenas os altos corpos do Rito Escocês Antigo e Aceito-REAA, devido à sua maior influência em nosso país.

Os Supremos Conselhos, como são chamados os os altos corpos do REAA, para que sejam tidos como regulares, devem preencher alguns requisitos, impostos pelas leis internacionais do rito. E segundo essas leis, conforme descreve Ismail, em sua obra "Ordem Sobre o Caos",

com exceção dos EUA, somente pode haver um Supremo Conselho por país, o qual deve ter sua linhagem comprovada até o Supremo Conselho “Mãe do Mundo” e a sucessão de seus Soberanos Grandes Comendadores, do atual, até daquele a quem a carta foi outorgada (ISMAIL, 2020, p. 50).

O mesmo Ismail ainda nos conta que

são basicamente três pontos essenciais de regularidade no REAA: 1) ter sido fundado com base em carta emitida por outro Supremo Conselho comprovadamente regular; 2) apresentar sucessão de Soberanos Grandes Comendadores, do atual até aquele para quem foi emitida a carta; 3) não possuir outro Supremo Conselho comprovadamente regular mais antigo no mesmo país (com exceção dos EUA) (ISMAIL, 2020, p. 55).

Qualquer organização, que se autoproclame um Supremo Conselho do REAA, desde que não possa traçar sua genealogia até o Supremo Conselho da Jurisdição Sul dos Estados Unidos, em Charleston, Carolina do Sul, não pode ser considerada regular.

Outro indicador da regularidade é a participação efetiva na Conferência Mundial de Supremos Conselhos. Em não podendo comprovar sua regularidade, um Supremo Conselho simplesmente não é aceito na conferência, o que, para o mundo maçônico, equivale a dizer que ele não exista. E uma irregularidade na origem é algo que não se pode modificar.

Vale lembrar que, em função da necessária dissociação entre um Supremo Conselho e qualquer potência maçônica simbólica, é perfeitamente possível que um maçom esteja em condição regular no simbolismo, sendo membro de uma Grande Loja regular, mas apresente situação diversa nos altos graus, ao ser filiado a um Supremo Conselho irregular.

## 9. Conclusão

Embora seja, indubitavelmente, um tema da mais alta relevância, e que, direta ou indiretamente, diz respeito a todos os membros da Maçonaria, a questão da regularidade maçônica é ainda muito pouco explorada e, em consequência disso, muito

pouco compreendida por grande parte dos maçons brasileiros.

Assim, movido por essa lacuna na literatura maçônica disponível em nosso país, este estudo se propôs a apresentar, com a maior clareza possível, os principais aspectos relacionados à regularidade e suas várias implicações, como por exemplo, os reconhecimentos – o que é usualmente chamado de “relacionamento interpotencial maçônico”.

Não temos a pretensão de esgotar o assunto, até mesmo em função de sua complexidade, mas esperamos que este trabalho seja útil no sentido de elucidar as dúvidas mais frequentes.

Esperamos, ainda, que sirva de estímulo a que outros maçons se debrucem sobre o tema, contribuindo para o sempre necessário incremento da chamada “educação maçônica”.

## 10. Referências

ALADRO, Jorge L. *Masonic Discourses* – Volume I. Melbourne, Florida: Blue Note, 2014.

BIZZACK, John W. *Treading on Soft Ground: Invented Landmarks – The Early List-Makers*. 2018. Disponível em: <<https://thecraftsman.org/wp-content/uploads/2020/01/DONE-Invented-Landmarks-JB.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

CAROLINO, Aildo V. *Os Sistemas Grande Oriente e Grande Loja*. 2018. Disponível em <<https://gob-rj.org.br/portal/2018/03/16/os-sistemas-grande-oriente-e-grande-loja/>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

CONFEDERAÇÃO DA MAÇONARIA SIMBÓLICA DO BRASIL. *Manual das Relações Exteriores das Grandes Lojas Brasileiras*. Brasília: CMSB, 2000.

CONFERENCE OF GRAND MASTERS OF MASONS IN NORTH AMERICA. Commission on Information for Recognition. *The Standards of Recognition*. 2019. Disponível em: <<http://www.recognitioncommission.org/publish/2004/06/10/the-standards-of-recognition/>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

COOPER, John L. *Into the Maelstrom: The Issue of Masonic Regularity, Past and Present*. Policy Studies Organization, 2015. Disponível em: <<http://www.ipsonet.org/proceedings/2015/07/28/into-the-maelstrom-the-issue-of-masonic-regularity-past-and-present/>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

DEL SOLAR, Felipe S. *Por una Masonería Universal. Orígenes de la Confederación Masónica Interamericana*, CMI. 1ª ed. Santiago de Chile: Ril Editoriales, 2017.

DICIONÁRIO Michaelis. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

GARCIA, Aquiles. *Maçonaria: da Gênese dos Supremos Conselhos de Charleston e do Brasil ao Cisma de 1927*. São Paulo: Livronovo, 2012.

GRANDE LOGE NATIONALE FRANÇAISE. *La Règle en Deuze Points*. 2020. Disponível em <<https://www.glnf.fr/article.php?id=5>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

HENDERSON, Kent; POPE, Anthony. *Maçonaria Universal: um Novo Guia para o Mundo Maçônico*. São Paulo: Madras, 2001.

HODAPP, Christopher. *Maçonaria para Leigos*. Rio de Janeiro: Alfa Books, 2015.

ISMAIL, Kennyo. *A Constituição de Anderson nos dias atuais*. 2015. Disponível em: <<https://www.noesquadro.com.br/conceitos/constituicao-de-anderson-nos-dias-atuais/>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

ISMAIL, Kennyo. *Ordem Sobre o Caos*. Brasília: No Esquadro, 2020.

McKEOWN, Trevor W. *The Landmarks of the Order. Grand Lodge of British Columbia and Yukon*, 2016. Disponível em: < <https://freemasonry.bcy.ca/history/landmarks.pdf> >. Acesso em: 22 abr. 2020.

SHEPHERD, Silas H. The Landmarks of Masonry. *The Builder Magazine*, Anamosa, Iowa, v. 8, ago. 1915; v. 9, set. 1915. Disponível em: <[http://www.phoenixmasonry.org/the\\_builder\\_1915-1930\\_toc.htm](http://www.phoenixmasonry.org/the_builder_1915-1930_toc.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2020.

UNITED GRAND LODGE OF ENGLAND. *Constitutions of the Ancient Fraternity of Free and Accepted Masons Under the United Grand Lodge of England, Containing the General Charges, Laws and Regulations Etc., Etc.* 2020 Disponível em: <<https://www.ugle.org.uk/about-us/book-of-constitutions>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

## **CONTRIBUIÇÕES DA MAÇONARIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

(CONTRIBUTIONS OF FREEMASONRY IN BRAZILIAN EDUCATION)

Calebe Lucas Feitosa Campelo<sup>1</sup>

### **Resumo**

Pesquisar sobre a História da Educação no Brasil é condição sine qua non para todo pesquisador na área educacional. Pesquisas sobre as contribuições da Maçonaria na Educação Brasileira ainda são poucas, sendo imprescindível mais pesquisas nessa área. O presente trabalho tem como objetivo apresentar um breve panorama do papel da Maçonaria na Educação Brasileira. A pesquisa é de cunho bibliográfica-documental tendo como aporte autores maçônicos e historiadores que trabalham com essa temática. Com efeito, constatou-se a participação efetiva da Maçonaria pela luta da laicidade da educação brasileira.

**Palavras-chaves:** Educação; Maçonaria; Ensino Laico.

### **Abstract**

Researching the History of Education in Brazil is a sine qua non condition for every researcher in the educational field. Research on the contributions of Freemasonry to Brazilian Education is still scarce, and further research in this area is essential. This paper aims to present a brief overview of the role of Freemasonry in Brazilian Education. The research is of bibliographic-documental nature having as contribution Masonic authors and historians that work with this theme. Indeed, Freemasonry's effective participation in the struggle for the secularity of Brazilian education was verified.

**Keywords:** Education; Masonry; Secular teaching.

<sup>1</sup> Calebe Lucas Feitosa Campelo é Graduando do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Regional do Cariri-URCA (Brasil). Desenvolve Pesquisas na área de Políticas Educacionais no Ensino Superior; Educação Ambiental; Formação de Professores; Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação; Educação e Maçonaria. Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos, História, Educação e Artes - GPEHEA e do Grupo de Estudos em História, Economia e Desenvolvimento-GEHED. E-mail: [campelocalebe@gmail.com](mailto:campelocalebe@gmail.com)

## 1. Introdução

Realizar pesquisas na área da História da Educação no Brasil é condição sine qua non para professores-pesquisadores e para aqueles que tentam entender a dinâmica da sociedade brasileira. Não obstante, esteve imbricada na História da Independência do Brasil uma Instituição muito conhecida, mas pouco compreendida pela maior parte da sociedade, a Maçonaria.

Nesse contexto, sabendo-se das limitações e da escassez de material de pesquisa sobre a finalidade da Maçonaria, isso por parte da própria organização, se faz necessário entender um pouco do que se trata essa Instituição benemérita que atuou em grandes momentos históricos do mundo.

Contudo, com o advento das Novas Tecnologias da Comunicação e Informação e com o aprimoramento das pesquisas historiográficas o acesso aos materiais relacionados a Maçonaria ficaram mais acessíveis, fato que hoje se é possível encontrar trabalhos sobre a temática em diferentes fontes de pesquisa seja na internet ou em bibliotecas o que antes era possível o estudo apenas dentro das Lojas<sup>1</sup>.

A temática Maçonaria e Educação é apenas um dos muitos assuntos ainda pouco explorados. Fato é que ainda existe uma grande dificuldade em encontrar material que trate sobre o tema. Assim, o presente trabalho tem como objetivo apresentar a comunidade acadêmica o entrelaçamento da Maçonaria e Educação mais especificamente na História da Educação brasileira no final do século XIX.

A atuação da Maçonaria em diferentes momentos históricos do Brasil pode ser constatada nos livros de História, que relatam interesses maçônicos na política brasileira. Contudo, o trabalho irá se ater ao entrelaçamento da Maçonaria e Educação valendo-se das seguintes indagações: Qual foi o papel da Maçonaria na Educação brasileira? Quais os objetivos dessa Instituição na Educação? Quem foram os autores maçônicos que tiveram papel fulcral na Educação Brasileira?

Não obstante, a metodologia utilizada para responder as indagações foi a pesquisa bibliográfica-documental, com aporte em pesquisadores maçons e não maçons que possuem trabalhos relevantes sobre a temática. O trabalho está dividido em capítulos como forma de sistematizar e temporalizar o tema.

Com efeito, após análises minuciosas é possível aferir que a maçonaria utilizou de diferentes re-

ursos para dar uma contribuição significativa na educação brasileira, seja por meio de maçons que tinham influência na política, seja professores maçons que atuavam no ensino básico, ou na construção de escolas maçônicas e até mesmo fomentando o protestantismo no Brasil para que juntos vencessem o obscurantismo cultural e intelectual imposto pela Igreja Católica, que travava uma luta ideológica contra a Maçonaria desde a Idade Média.

### 1.1. Um pouco sobre o surgimento da Maçonaria

Muitos autores maçônicos relatam que a Maçonaria teve início nos tempos do Rei Salomão outros vão mais longe afirmando que a ordem teve início com Adão, contudo são apenas especulações sem nada científico comprovado, pois é sabido que a história do surgimento da Maçonaria foi perdida nos tempos.

Na Idade Média, ser construtor era um prestígio, eles eram os detentores de conhecimentos valiosos para a arquitetura da época, os responsáveis pelas venustidades das catedrais e pelas imponências dos palácios. Tal conhecimento, denotavam a esses homens benefícios por parte das autoridades eminentes, tais como: franquias, isenções, tribunais especiais, eram então chamados de "franc-maçom" na França e de "freemason" na Inglaterra, ou seja, "pedreiros livres" (EGITO, 2011, p.11)

Nesse contexto, Egito (2011, p.10) assevera que a Maçonaria especulativa tal qual existe hoje surgiu na Inglaterra através da primeira Grande Loja Unida de Londres (GLUL), tendo sua data de fundação em 1717. A incumbência de redigir a Constituição dessa agremiação ficou no encargo do então Maçom James Anderson, presbítero londrino, diplomado em filosofia, Desagulliers, eleito Grão-Mestre<sup>2</sup> inglês no ano de 1719 e autor da Constituição de Anderson, que dentre outros fundamentos tinha a filantropia como cerne.

Em 1788, é fundada a Royal Masonic School for Girl a mais antiga escola mantida pela maçonaria e tendo como mantenedora a GLUL. Sabendo-se que a teoria deve se tornar prática e essa prática deve ter com fim uma ação transformadora. Assim, ao promover a educação para meninas a GLUL mostrava a sociedade uma das finalidades da Maçonaria que é promover a igualdade, a justiça social e tornar feliz a humanidade.

Nesse viés, denota-se os lemas da Maçonaria “Liberdade, Fraternidade e Igualdade” inspirados da Revolução Francesa e comumente utilizados no Brasil, contudo, o lema primordial é “Fraternidade, Amparo e Verdade”, um dístico pouco conhecido pela Maçonaria da América- Latina (ISMAIL, 2013).

Nesse contexto, a Maçonaria é uma ordem que agrega homens de diferentes matrizes religiosas, nacionalidades e classes sociais. Não é uma religião, mas é religiosa. Uma religiosidade demonstrada através de seus ritos, e de ensinamentos passados aos seus membros (maçons) através de alegorias e símbolos.

Apesar de sua existência milenar, somente em 1802 é que surge no Brasil o primeiro registro de uma Loja maçônica, localizada na Bahia intitulada “Virtude e Razão”. A Maçonaria se espalhou e em 1809, surgindo em Salvador o “Grande Oriente Brasileiro” composto por 9 lojas sendo: 03 na Bahia; 04 em Pernambuco e 2 no Rio de Janeiro (ISMAIL, 2007, p.7).

O Movimento maçônico ganha adeptos no Brasil, em ocasião dos jovens que iam estudar na Europa e lá tinham contato com a maçonaria principalmente na França, Portugal e Itália, onde dentre outras coisas conheciam as ideias iluministas, e na volta ao Brasil disseminavam os conhecimentos adquiridos.

Destaca-se que nesse período a Maçonaria com os poucos maçons no Brasil os ideais maçônicos já apresentavam grande influência nas decisões políticas do Brasil. O fato é que a Revolução Pernambucana teve como um de seus líderes Antônio Carlos de Andrada em 1817, e que era o Grão-Mestre da Grande Loja Provincial de Pernambuco e um dos fundadores do Grande Oriente do Brasil (GOB) (ISMAIL, 2007, p.8). A entrada da Maçonaria na política brasileira já era esperada, pois em diversos movimentos revolucionários que tinham como foco movimentos emancipatórios da sociedade os maçons tiveram participações fundamentais.

Consoante, Silva (2007, p. 99) destaca o papel que a Maçonaria teve em momentos cruciais para a Independência do Brasil e na Abolição dos Escravos asseverando que:

A Maçonaria teve papel preponderante na consolidação da Abolição dos Escravos e na República no Brasil. O Manifesto Republicano de 1870 entre os signatários vinha assinado pelos seguintes maçons: Quinti-

no Bocaiúva, Salvador de Mendonça e Saldanha Marinho, todos maçons. O longo documento exteriorizava o desejo de se construir uma nova ordem política e social. Entre outras coisas, criticava a Monarquia, afirmando que as províncias não acreditavam mais no poder regido pelo Império. Atribuía ao novo movimento político a responsabilidade de construir uma sociedade mais moderna, totalmente contrária da sociedade postulada pelo Império.

Nesse delinear, é que se denota que os ideais maçônicos estão fundamentados nos princípios de liberdade e justiça social, quando se propõe a revolta contra o império português utilizando-se inclusive da influência que alguns maçons tinham na política. O próprio D. Pedro I foi Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil do qual tinha como foco em seus boletins oficiais a independência do Brasil (ISMAIL, 2007, p.8).

O autor supra ainda destaca um dos maiores desafios para D. Pedro I e uma missão para a Maçonaria foi a educação precária do Brasil destacando que:

D. Pedro sabia que estava assumindo um Brasil em que 90% da população era analfabeta, parte da elite intelectual era republicana, com rivalidade entre províncias, à beira da falência, sem exército, marinha, armas e munições. O apoio dos irmãos maçons, muitos com certa influência nas principais províncias, e num momento de tanta fragilidade política e de perigo iminente, foi, sem dúvida alguma, de suma importância para o novo Imperador (ISMAIL, 2007, p.10).

Nesse aspecto, é notório que a maçonaria não iria interferir apenas na política, mas iria agir também na educação, a fim de conscientizar a sociedade do seu papel como cidadãos.

Pois como assevera o patrono da educação brasileira Paulo Freire (2014, p.51):

[...]sociedade brasileira. Sociedade intensamente cambiante e dramaticamente contraditória. Sociedade em “partejamento”, que apresenta violentos embates entre um tempo que se esvaziava, com seus valores,

com suas peculiares formas de ser, e que "pretendia" preservar-se e um outro que estava por vir, buscando configurar-se.

Uma sociedade sem luz, sem norte a seguir, sem um governo que representa-se a classe trabalhadora, sem esperança de ser uma nação independente, com economia forte e desenvolvimento contínuo era que figurava o contexto brasileiro do século XIX, e que a Maçonaria adotou como missão em poder auxiliar a sociedade brasileira sob esses aspectos.

## 2. Sobre Educação e Maçonaria no Brasil: prolegômenos

Sob essa égide, deve ser realizada uma digressão histórica sobre o surgimento da educação brasileira afim de realizar uma ligação dos interesses da Maçonaria na educação, já que essa instituição defende a laicidade no campo educacional. Nesse arcabouço, se faz necessário compreender como se encontrava organizada ideologicamente a educação no Brasil, sabendo-se que a Igreja Católica exerceu influência contundente nesse processo desde a chegada dos portugueses.

Nesse contexto, em 1549 chegaram os primeiros jesuítas no Brasil, com a missão de catequisar a população brasileira, contudo, a catequese difundida tinha um caráter pedagógico, os jesuítas acreditavam que deveria ser propagado o convencimento através de instituições formais (escolas) e não-formais (o exemplo), essa relação foi o germe para a simbiose entre educação e catequese como cerne doutrinador da colonização brasileira (SAVIANI, 2008, p.31).

Consoante, Colussi (2000) relata que o descaído do governo e dos políticos no século XIX era gritante, principalmente no período imperial, que se quer tinham o cuidado com o ensino primário, secundário e profissional os deixando no ostracismo, quadro que somente foi modificado no período republicano. No entanto, o contexto educacional brasileiro era marcado por um corpo docente leigo e incompetente; a escola primária era precária; a secundária frequentada pela elite; o ensino era literário; o ensino superior descontextualizado da realidade nacional e internacional.

Egito (2011, p.36) relata que a sociedade brasileira do século XIX, era dual, onde de um lado tinham os senhores e do outro os escravos, mas no

meio existiam os homens livres que trabalhavam em pequenas lavouras. Com a mudança do cenário econômico, ou seja, a mudança da produção que no começo do século se concentrada no nordeste com a cana de açúcar, agora muda para o sudeste com o aumento do consumo do café no mercado internacional. Evidentemente a classe média viu que era necessário se profissionalizar para responder as demandas no mercado, era necessário investimentos na educação.

Sobre o período republicano, Pippi (2002) ressalta ocorreu uma restauração do catolicismo, onde a Igreja se separa do Estado, perdendo o status de religião oficial, sendo que na mesma época é decretado a liberdade de culto. Nesse momento a Igreja inicia uma campanha forte em todo o país, mas principalmente nos grandes centros na proliferação de colégios católicos, com a finalidade de utilizar da inocência e falta de educação da população para disseminar seus dogmas.

Do mesmo modo, a autora supra destaca que a Igreja Católica no Brasil do século XIX obedecia mais ao império do que ao próprio Vaticano. Sem embargo, na passagem do século XIX para o século XX as orientações da Igreja Católica e da Maçonaria se modificaram. A Maçonaria assumiu um posicionamento político e anticlericais influenciado pela Itália e França e a Igreja assumiu a missão de excomungar membros maçons. O motivo era simples, os maçons assumem a posição de defender o pensamento laico, anticlerical e racionalista, utilizando-se da imprensa e da influência política, não obstante, a Igreja também se utiliza dos mesmos instrumentos para criminalizar a Maçonaria.

Colussi (2000) destaca um episódio conhecido como a questão religiosa que foi o ápice dos embates e da polêmica maçônico- católico. Evidencia-se que a maior parte da elite política e intelectual bebiam da mesma fonte que os maçons, as ideias iluministas que efervesciam na Europa. Nada obstante, Silva e Marques (2017) enfatizam que os maçons imbuídos das ideias iluministas enxergavam na educação um motor de libertação do homem.

Sobre a libertação através da educação Freire (2014, p.52) enfatiza:

A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem

alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser, também, entre uma "educação" para a "domesticação", para a alienação, e uma educação para a liberdade. "Educação "para o homem -objeto ou educação para o homem-sujeito.

Nesse contexto, os maçons do Grande Oriente do Rio Grande do Sul (GORS) utilizavam jornais e revistas como "O Delta" que esteve em circulação no período de 1916-1927, para criticar o "jesuitismo" e a Igreja Católica e o próprio arcebispo de Porto Alegre D. João Becker. Em todos os números da revista tinham uma coluna somente para as críticas à Igreja e outra coluna mostrando as ações da Maçonaria, assim como suas ideias sobre educação e cultura (PIPI,2002).

Para a Maçonaria, a Igreja exercia uma influência negativa na educação, com o assenhoramento do ensino público, mantendo crianças e jovens no obscurantismo e da superstição. Na visão da Maçonaria a educação e o ensino eram instrumentos basilares na difusão do ideário liberal e racionalista.

Silva e Marques (2007) citam a participação de um ilustre personagem da história do Brasil, Rui Barbosa (1849-1923), que além de ser um celebre jurista desempenhou exímia atuação na política, no campo educacional e na Maçonaria, instituição que ingressou com 20 anos de idade. Rui Barbosa foi autor da proposta de divisão do ensino: jardins de infância, escolas primárias, cursos profissionalizantes, escolas normais, liceus e ensino superior.

Ainda sobre a participação de Rui Barbosa na maçonaria, Egito (2011, p.36) afirma que para o seu ingresso a sua idade foi alterada já que o ingresso na ordem só pode ser com 21 anos de idade. Rui Barbosa ingressou na Loja América no dia 1º de julho de 1869, na mesma Loja tinham em seu quadro os maçons: Joaquim Nabuco, Américo Brasiliense e Pedro Toledo. Homens ilustres que fizeram história não apenas na política, mas também na educação. A contribuição mais importante de Rui Barbosa foi a Reforma Educacional Leôncio de Carvalho- Decreto nº 7.247 de abril de 1879.

Além da participação ativa de Rui Barbosa fora das Lojas, Silva (2011) cita o projeto de Rui Barbosa ao GOB, um artigo com 12 páginas e que no artigo 5º assevera que: Nenhum individuo poderá mais obter o título e os privilégios de legítimo maçom sem que

primeiramente, antes de receber a iniciação, declare livres todas as crianças do sexo feminino que daí em diante lhe possam provir de escrava sua. Dentre outras orientações o artigo também propunha a reserva de uma verba especial para o alforriamento de escravos, em especial crianças. Caso houvesse o descumprimento do artigo a Loja poderia ser punida.

Diante do exposto, estava claro a intervenção da Maçonaria na luta pela qualidade da educação brasileira e assumia um sério compromisso com a sociedade brasileira, com a nação. A maçonaria cumpria com o seu papel de tornar feliz a humanidade, através da fraternidade, da igualdade e da liberdade. Nesse capítulo, cabe uma indagação: Qual a intervenção da Maçonaria no contexto educacional atual? Indagação que deve ser desenvolvida oportunamente em outros trabalhos, mas deixa a reflexão.

### **3. "Instrumentos maçônicos" utilizados para construir uma educação libertária**

A Maçonaria é conhecida por ser uma sociedade "secreta", mas esse não é o termo certo, ela é uma ordem "discreta" e mais reconhecida por ter em seus quadros pessoas de destaque social, o que provoca o estigmatizo de ser uma ordem de homens da elite.

Sobre esse assunto, Colussi (2000) salienta que o instrumento mais importante utilizado pela ordem foi "facilitar" o ingresso de professores da escola pública em meados de 1870. A primeira iniciativa foi em Porto Alegre encabeçado pela Loja Zur Eintracht onde foi aprovada uma resolução, em 14 de junho de 1876, sob a seguinte orientação: "Aqueles professores que pela sua vida e costumes são dignos de pertencerem a ordem dos Franco- maçons e são propostos nesta Loja com as formalidades do rito, podem ser aceitos e iniciados, independente do pagamento de jóia e mensalidades."

Pippi (2002) analisa a iniciação de professores na Maçonaria como um meio de influência na formação laica. A autora também destaca que a medida de isenção das taxas de filiação contribuiu de maneira eficaz para iniciação dos professores já que esses não dispunham de recursos financeiros suficientes.

Outro instrumento utilizado foi a construção de escolas maçônicas já que a Igreja orientava que os maçons não matriculassem seus filhos em colégios católicos, pois a Maçonaria era apresentada como a grande inimiga da fé. A expansão das escolas maçô-

nicas de seu após a Proclamação da República. Enquanto a Igreja investia na educação da elite a Maçonaria investia na educação da classe trabalhadora. (PIPI, 2002).

Silva e Marques (2017) descrevem que as escolas maçônicas tinham pela manhã voltados para as crianças das classes populares e turnos pela noite, voltados para os trabalhadores, onde eram oferecidos cursos profissionalizantes com a finalidade de combater a pobreza através da instrução e diminuir a criminalidade. A maioria das escolas funcionavam no interior das Lojas afim de diminuir os custos de infraestrutura.

Ribeiro e Filho (2004) apontam a participação e apoio da Maçonaria aos missionários protestantes, colaborando inclusive no desenvolvimento das Escolas Presbiterianas em todo o Brasil. Enquanto a Igreja Católica cerceava o direito dos filhos dos maçons de se matricularem em seus colégios, a Maçonaria orientavam que seus membros matriculassem seus filhos nas escolas presbiterianas.

A ineficácia do ensino público e a influência católica foi o ponto nevrálgico para que a Maçonaria encabeçasse a campanha para a construção de escolas maçônicas e apoio a colégios privados que tinham como proposta o anticlericalismo e as ideias iluministas.

A imprensa através dos jornais, revistas, parlamento, a influência de maçons em pontos estratégicos do serviço público foi amplamente utilizada como meios de luta contra a Igreja ultramontana (COLUSSI,2000; BARATA,2002; PIPPI,2002; RIBEIRO e FILHO, 2004; ISMAIL,2017).

É notório, a divergência ideológica travada entre a proposta educacional da maçonaria contra a da Igreja.

A proposta maçônica visava o homem integral, um estudante autônomo, consciente de sua aprendizagem e de seu lugar no mundo, de ser não apenas mais um, mas de ser mais. Um fato que comprova essa tese, foi a educação passada a Simon Bolívar, ilustre maçom e o Libertador, através de seu professor Simon Rodriguez, também maçom, e que em seu país defendeu a educação pública acessível a crianças e jovens de todas as camadas sociais (SILVA,2004).

#### 4. À guisa de conclusão

Com efeito, o papel da Maçonaria na História da Educação Brasil foi extremamente positivo. Pode-se aferir que contribuiu significativamente para a melhoria das condições econômicas, cultura e consequentemente intelectuais das classes populares, não apenas dando educação, mas plantando esperança de um futuro melhor.

A formação de intelectuais políticos maçons também foi um ponto importante e que levou a Proclamação da Independência do Brasil e Abolição da Escravidão. Nesses aspectos a os ideias maçônicas estavam condizentes com a filosofia da ordem.

A proposta educacional maçônica do cidadão autônomo, consciente, responsável, ético e justo para com a nação continua de pé apesar do tempo e das modificações da sociedade. O presente trabalho demonstra claramente a defesa da maçonaria pelo ensino público, laico, democrático e de qualidade a todas as classes sociais e etnias.

Para a Maçonaria que também é conhecida como "Escola do Conhecimento", disseminar ciência e filosofia é uma práxis da instituição.

Contudo, indagações devem ser feitas, a auto-crítica a instituição deve ser feita: Qual o papel da Maçonaria hoje na Educação Brasileira? Será que não se faz mais necessários tomar medidas como a isenção de taxas de professores? Com o aumento do número de Lojas e de maçons, qual o motivo de não haver pelo menos uma escola maçônica em uma cidade onde tem uma Loja funcionando? A questão educacional não é mais válida para a Maçonaria nos dias de hoje? A Educação Brasileira do modo como está hoje está de bom grado ou precisa de melhoras?

Destarte, as contribuições maçônicas foram frutíferas e merecem destaques nas pesquisas acadêmicas, com a intenção de análises mais profundas. É necessário que venha a luz os protagonistas ainda que esquecidos da História da Educação brasileira.

#### 5. Referências

BARATA, Alexandre Mansur. Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência (Brasil, 1790-1822). 2002. 373p. *Tese (doutorado)* - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280226>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

COLUSSI, Eliane Lucia. A maçonaria brasileira e a defesa do ensino laico (século XIX). *História & Ensino*, v. 6, p. 47-56, 2000.

DA SILVA, Samuel Vieira; MARQUES, Adílio Jorge. A PARTICIPAÇÃO DA MAÇONARIA BRASILEIRA NA DEFESA DO ENSINO LAICO E NA CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESCOLAS NO FINAL DO SÉCULO XIX NO BRASIL. *Revista Ciência & Maçonaria*, v. 4, n. 1, 2017.

DA SILVA, Isabela Cristina Tavares. TRAÇANDO RELAÇÕES ENTRE MAÇONARIA E EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA. // CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 2004

EGITO, Philipe Henrique Teixeira do et al. Olhares da maçonaria sobre a educação no Brasil. *Dissertação de Mestrado*. UFPB. 2011.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

ISMAIL, Kenno. HISTÓRIA DA MAÇONARIA NO BRASIL. 2017. Disponível em: <https://www.noesquadro.com.br/wp-content/uploads/2017/12/APOSTILA-HIST%C3%93RIA-DA-MA%C3%87ONARIA-NO-BRASIL-ENE.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2020.

ISMAIL, Kenno. Porque a Maçonaria brasileira está perdida: uma análise comparativa da influência dos diferentes lemas sobre as atividades maçônicas. *Revista Ciência & Maçonaria*, v. 1, n. 1, 2013.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Ivanilson Bezerra da. Apontamentos sobre maçonaria, abolição e a educação dos filhos de escravos na cidade de Sorocaba no final do século XIX. *Histedbr online*, n. 27, p. 95-111, 2007.

PIPPI, Elisângela Stefaanello. A Educação sem a Cruz: a Resistência Maçônica a Reorganização Católica no Rio Grande do Sul. *Revista Sociais e Humanas*, v. 15, n. 1, p. 19-24, 2002.

RIBEIRO, Viviane; INÁCIO FILHO, Geraldo. Protestantismo, Liberalismo, Maçonaria e a Educação no Brasil, na Segunda Metade do Século XIX. In: // CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 2004.



## **OS 33 PRIMEIROS SUPREMOS CONSELHOS DO MUNDO**

(The world's first 33 Supreme Councils)

Kennyo Ismail<sup>1</sup>

### **Resumo**

Os Supremos Conselhos do Rito Escocês Antigo e Aceito, surgidos a partir de 1801, formam um meio em que "antiguidade é posto", visto que a participação no mainstream é definida por sua linhagem e a preferência para presidência de comissões bem como ordem de votações em conferências internacionais são pela data de fundação. Além disso, compreender os diferentes contextos que deram origem e expansão ao rito e a seus primeiros Supremos Conselhos é fundamental para desvendar os diversos conflitos por poder, que serviram de molas propulsoras para tornar os altos graus do REAA os mais praticados em todo o mundo e a conferência internacional de seus Supremos Conselhos sido a primeira iniciativa maçônica em escala mundial.

**Palavras-chaves:** Rito Escocês Antigo e Aceito; Supremo Conselho; História.

### **Abstract**

The Supreme Councils of the Ancient and Accepted Scottish Rite, which emerged from 1801, form a medium in which "seniority is placed", since participation in the mainstream is defined by its lineage and the preference for chairing commissions as well as voting order in international conferences is by the date of foundation. In addition, understanding the different contexts that gave rise to and expansion of the A&ASR and its first Supreme Councils is fundamental to unravel the various conflicts over power, which served as propelling springs to make the high degrees of A&ASR the most practiced worldwide and the international conference of its Supreme Councils was the first world scale Masonic initiative.

**Keywords:** Ancient and Accepted Scottish Rite; Supreme Council; History.

<sup>1</sup> Kennyo Ismail é Bacharel em Administração pela UnB, MBA em Gestão de Marketing pela ESAMC, e Mestrado Acadêmico em Administração pela EBAPE-FGV. É Professor em Pós-Graduações da Uninter e do Ibmec. E-mail: kennyoismail@gmail.com

## 1. Introdução

Há certo consenso de que poucos são os Supremos Conselhos que não tenham sofrido algum tipo de interrupção ou cisão no decorrer de sua história, de modo a não deixar margem ao questionamento de sua antiguidade.<sup>2</sup>

Entretanto, é possível determinar um período de criação de um Supremo Conselho, sem entrar no mérito da legitimidade de um ou outro Supremo Conselho atual como continuidade ou sucessão do mesmo. E esse dado é importante para compreender como deu-se o processo de internacionalização do Rito Escocês Antigo e Aceito.

## 2. Os primeiros Supremos Conselhos

Tem-se a seguir a lista de supremos conselhos por ordem de antiguidade, desde a criação do Supremo Conselho "Mãe do Mundo" (1801) até as vésperas do Congresso de Lausanne (1875), num total de 33 Supremos Conselhos. Nem todos existem ou são reconhecidos como regulares pela Conferência Internacional atualmente:

1. **The Supreme Council, Scottish Rite of Freemasonry, Southern Jurisdiction, USA**, cujo nome completo é *The Supreme Council (Mother Council of the World) of the Inspectors General Knights Commander of the House of the Temple of Solomon of the Thirty-third Degree of the Ancient and Accepted Scottish Rite of Freemasonry of the Southern Jurisdiction of the United States of America*. Foi fundado em 31 de maio de 1801 pelos onze Cavalheiros de Charleston, em Charleston, Carolina do Sul, nos Estados Unidos da América (ISMAIL, 2020).
2. **Supremo Conselho das Ilhas Francesas da América**.<sup>3</sup> Fundado pelo Conde de Grasse-Tilly, um dos onze Cavalheiros de Charleston, em Porto Príncipe (atual capital do Haiti), em maio de 1802. Porto Príncipe havia sido o local de residência de Grasse-Tilly enquanto oficial militar em serviço, antes de exilar-se com a família em Charleston, por conta da Revolução Haitiana. No período em que viveu na ilha, Grasse-Tilly havia comprado uma propriedade rural e, em 1802, retornou a Santo Domingo com o objetivo de reaver sua propriedade, retomar sua carreira militar, e fundar o
3. **Supremo Conselho do 33º grau na França**. Fundado por Grasse-Tilly em Paris, em 20 de outubro de 1804, apenas quatro meses após seu desembarque em sua terra natal, tendo ele mesmo como seu primeiro Grande Comendador. Dois dias depois da fundação do Supremo Conselho da França, algumas lojas parisienses reúnem-se e fundam a Grande Loja do Rito Escocês Antigo e Aceito da França, tendo o Príncipe Luís Bonaparte como Grão-Mestre e Grasse-Tilly como seu Adjunto, o que leva à criação dos rituais do Rito Escocês para os três primeiros graus. Em menos de dois meses (05 de dezembro de 1804), essa Grande Loja é incorporada pelo Grande Oriente de França, que passa, assim, a ter Lojas adeptas do REAA (ISMAIL, 2020).
4. **Supremo Conselho do 33º grau do Reino da Itália**. Fundado por Grasse-Tilly, em Milão, em 16 de março de 1805, ficou posteriormente conhecido apenas como Supremo Conselho de Milão. O enteado de Napoleão Bonaparte e Vice-Rei da Itália, Eugênio de Beauharnais,<sup>4</sup> assume como Grande Comendador. Em 20 de junho do mesmo ano, esse Supremo Conselho funda o Grande Oriente da Itália (ISMAIL, 2020).
5. **Supremo Conselho do 33º grau do Reino das Duas Sicílias**. Fundado por Grasse-Tilly, em Nápoles, em 11 de junho de 1809, com o apoio do Supremo Conselho da Itália. O cunhado de Napoleão Bonaparte e recém-coroadado Rei de Nápoles, Joaquim Murat, foi seu Grande Comendador (NMJ, 1881).
6. **Supremo Conselho do Grau 33 para a Espanha**. Fundado por Grasse-Tilly, em 04 de julho de 1811, em Madri. Contou com Miguel José de Azanza como seu primeiro Grande Comendador (GUARNER, 1961). Esse espanhol havia sido diplomata e Vice-Rei da Nova Espanha, antes de abraçar a causa napoleônica, ganhando de Joseph Bo-

Supremo Conselho. Entretanto, suas atividades cessaram com mais uma batalha na ilha perdida pelos franceses, que levou ao retorno de Grasse-Tilly a Charleston e logo em seguida à França. Grasse-Tilly reergueu esse Supremo Conselho com o status de "em exílio", assim que fundou o Supremo Conselho francês. Mas, em 07 de maio de 1821, os membros desse Supremo Conselho no exílio o abandonaram para reerguer o Supremo Conselho da França (CLAVEL, 1843).

<sup>2</sup> Afirmação da Comissão de História da XIX Conferência Internacional de Supremos Conselhos.

<sup>3</sup> Também chamado de Supremo Conselho das Antilhas Francesas, ou Supremo Conselho das Índias Ocidentais Francesas, ou Supremo Conselho de Porto Príncipe. Essas variações são usadas por diferentes autores.

<sup>4</sup> Era pai de Amélia Augusta Eugênia Napoleona de Beauharnais, segunda esposa de Dom Pedro I, Imperador do Brasil.

- naparte o título de Duque de Santa Fé. Joseph Bonaparte era o irmão mais velho de Napoleão e foi Rei da Espanha entre 1808 e 1813. Esse, que foi um dos primeiros Supremos Conselhos do mundo, foi perseguido pela Ditadura de Franco, sobrevivendo em exílio no México por quase quarenta anos.
7. **The Supreme Council, Scottish Rite, Northern Jurisdiction, USA**, cujo nome completo é the Supreme Council of Sovereign Grand Inspectors General of the Thirty-third and Last Degree of the Ancient Accepted Scottish Rite of Freemasonry for the Northern Masonic Jurisdiction of the United States of America. Enquanto o Supremo Conselho "Mãe do Mundo" ainda se estruturava, dois maçons conduziam grupos distintos que concediam de forma independente os graus do Rito Escocês em New York e região: Joseph Cerneau, que havia recebido os graus em Cuba por intermédio de Antoine Matthieu Du Potet, membro do Supremo Conselho das Ilhas Francesas da América; e Antoine Bideaud, que também era oriundo do Supremo Conselho das Ilhas Francesas da América. Essa situação foi analisada in loco por Emanuel de la Motta, um dos Cavalheiros de Charleston e Grande Tesoureiro do Supremo Conselho "Mãe", que concluiu que o grupo de Cerneau era irregular enquanto que o grupo de Bideaud, caso atendesse a algumas solicitações, seria digno de reconhecimento. Assim, em 05 de agosto de 1813, após o atendimento das exigências e sob autoridade de seu Supremo Conselho, Emanuel de la Motta funda o Supremo Conselho da Jurisdição Norte, em New York. Daniel Tompkins, então Governador do Estado de New York, foi seu primeiro Grande Comendador (NMJ, 2020).
  8. **Supremo Conselho de Cerneau**. Joseph Cerneau adquiriu os graus do Rito de Heredom em Havana, Cuba, antes de mudar-se para New York, em 1807. Já em New York, ele criou um Grande Consistório para conceder os altos graus do Rito de Heredom. Quando o Supremo Conselho de Charleston, por meio de Emanuel de la Motta, declarou seu corpo irregular e colaborou para a fundação do Supremo Conselho da Jurisdição Norte dos EUA, Cerneau transformou seu corpo em um Supremo Conselho, inicialmente do "Rito de Heredom Escocês", e posteriormente do Rito Escocês Antigo e Aceito, declarando como seu território todos os EUA. Essa concorrência irregular durou até 1867, quando o Supremo Conselho de Cerneau foi incorporado pelo Supremo Conselho da Jurisdição Norte dos EUA (DE HOYOS, 2004).
  9. **Supremo Conselho da Jamaica**. Pouco se sabe sobre esse Supremo Conselho, apenas que surgiu em 1815, contando com John Joseph Itter<sup>5</sup> como Grande Comendador e Solomon Morales<sup>6</sup> como Grande Secretário. Não há documentos conhecidos que sustentem alguma conexão desse Supremo Conselho com o Grande Conselho da Jamaica, criado por Estienne Morin, em 1770, para conceder os graus do Rito de Heredom. Esse Supremo Conselho provavelmente adormeceu após a Guerra Batista.
  10. **Supremo Conselho da Bélgica**. Fundado por Grasse-Tilly enquanto Grande Comendador do Supremo Conselho da França, em 11 de março de 1817, em Bruxelas. Seu nome original era Supremo Conselho do Reino Unido dos Países Baixos, pois, em 1815, o Congresso de Viena havia estabelecido o Reino Unido dos Países Baixos, que incluía a Bélgica. Após a Revolução Belga, em 1830, o Reino da Bélgica conquistou sua independência e o Supremo Conselho em Bruxelas passou a ser apenas da Bélgica (GOB, 1882).
  11. **Supremo Conselho para Irlanda**. Fundado em 13 de agosto de 1824 com carta expedida pelo Supremo Conselho da Jurisdição Sul dos EUA, contou com Augustus Frederick FitzGerald, Duque de Leinster e Grão-Mestre da Grande Loja da Irlanda, como seu Grande Comendador. Esse Supremo Conselho seguiu a decisão do seu irmão caçula, o Supremo Conselho para Inglaterra e País de Gales, que em 1878 omitiu o termo "Escocês" do nome do rito, passando a denominá-lo apenas como "Rito Antigo e Aceito" (LEPPER; CROSSLE, 1925).
  12. **Supremo Conselho do Grau 33 para o Brasil**, cujo nome completo é Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito da Maçonaria para a República Federativa do Brasil. Fundado em 22 de março de 1829 com carta emitida pelo Supremo Conselho da Bélgica (à época, dos Países Baixos), dedicada a Montezuma, que vivia no exílio na Europa após a "Noite da Agonia", em 12 de novembro de 1823, quando o Imperador Dom Pedro I ordenou a dissolução do parlamento

<sup>5</sup> J. J. Itter foi editor do jornal jamaicano "Diary and Kingston Daily Advertiser", além de servidor público, como Intérprete e Tradutor de Línguas Estrangeiras para Tribunais.

<sup>6</sup> Solomon Morales era um Past Master da "The Friendly Lodge", filiada à Grande Loja dos Antigos, que possuía uma Grande Loja Provincial na Jamaica, da qual ele também foi Grande Secretário.

e a expatriação de seus líderes. Com a abdicação de Dom Pedro I, em 7 de abril de 1831, Montezuma pôde retornar ao Brasil e instalar o Supremo Conselho, em 12 de novembro de 1832. Cabe registrar que houve tentativa de concorrência, da parte do mercenário norte-americano David Jewett, no Rio de Janeiro à serviço da Marinha do Brasil. Jewett possuía uma patente de Cerneau, de 03 de novembro de 1826, para fundar um Supremo Conselho no Brasil. Montezuma contornou o problema ao convidar Jewett para ser seu Lugar Tenente, o qual ele prontamente aceitou (ISMAIL, 2020).

13. **Supremo Conselho do Peru**, cujo nome completo é Supremo Conselho de Soberanos Grandes Inspetores Gerais, Cavaleiros Comendadores da Casa do Templo de Salomão do Grau 33 do REAA da Maçonaria para a Jurisdição da República do Peru. Fundado em 02 de novembro de 1830 por nove irmãos investidos no 33º grau, que elegeram o General Domingo Tristan como seu primeiro Grande Comendador. Deste Supremo Conselho surge, no ano seguinte, a primeira Grande Loja do Peru. Há duas teorias da origem desses nove fundadores. A primeira era de que receberam os graus por um corpo fundado em Lima pelo Supremo Conselho de Cerneau, o que justificaria o reconhecimento do Supremo Conselho da Jurisdição Norte dos EUA ao final do século XIX, após ter incorporado o Supremo Conselho de Cerneau.<sup>7</sup> A segunda teoria é de que esses irmãos eram membros de corpos do REAA ligados à Grã-Colômbia, com carta espanhola e, ao terem notícia do fim da Grã-Colômbia, em 1830, sentem a necessidade de fundar um Supremo Conselho para o Peru.
14. **Supremo Conselho de Nova Granada**. Fundado em 19 de abril de 1833, com sede em Cartagena (Colômbia), era reconhecido pelo Grande Oriente de França, que rivalizava com o Supremo Conselho da França por meio de seu Grande Colégio de Ritos (CARNICELLI, 1975).
15. **Supremo Conselho do 33º do Haiti**. Fundado em 25 de janeiro de 1836, por iniciativa de Jean Baptiste Charles Stiguy, com carta emitida pelo Grande Colégio de Ritos do Grande Oriente de França, rival do Supremo Conselho da França.
16. **Supremo Conselho do Grau 33 para a República da Venezuela**. Fundado em 04 de maio de 1840, contando com José Antonio Páez Herrera, Presidente da República, como Grande Comendador (BENIMELI, 2015). Em 1824, Joseph Cerneau em pessoa viajou para Caracas e concedeu os graus a diversos maçons que haviam atuado na independência ou se destacavam localmente, num total de 77 irmãos investidos no 33º grau, 11 no 32º grau, oito no 30º (PERRAMÓN, 2010). Como Cerneau havia vivido em Santo Domingo e Cuba antes de New York, acredita-se que, além do francês (nativo) e do inglês, ele também era fluente em espanhol. Os remanescentes desse grupo iniciado por Cerneau que fundaram o Supremo Conselho venezuelano. Apesar da origem via Supremo Conselho de Cerneau, ao final do século XIX, quando o mesmo não mais existia, similarmente ao ocorrido no Peru, tem-se o Supremo Conselho da Venezuela reconhecido pelo da Jurisdição Norte dos EUA e outros.
17. **Supremo Conselho da Inglaterra e País de Gales**. Fundado em 26 de outubro de 1845 com carta patente do Supremo Conselho da Jurisdição Norte dos EUA emitida para o Dr. Robert Thomas Crucefix, amigo próximo de Dr. Oliver e oposição declarada ao Duque de Sussex (SOMMERS, 2013). Esse Supremo Conselho esteve envolvido com a celeuma do Congresso de Lausanne, de 1875, o que levou, em 1878, à mudança do nome do rito em sua jurisdição, omitindo o termo "Escocês" e sendo chamado apenas de "Rito Antigo e Aceito" (ENGLAND & WALES, 2020).
18. **Supremo Conselho da Escócia**. Fundado em 04 de agosto de 1846 pelo Dr. Charles Morison of Greenfield, médico do exército britânico, com carta patente emitida pelo Supremo Conselho da França (FOR SCOTLAND, 2020).
19. **Supremo Conselho do Uruguai**. Sua carta patente foi emitida pelo Supremo Conselho do Brasil, em 07 de outubro de 1854, em favor de Gabriel Pérez Cabral, que o instala em 24 de junho de 1855. Pérez era diplomata e servia como Cônsul Geral do Uruguai no Brasil. Entretanto, outro grupo funda um Supremo Conselho e Grande Oriente do Uruguai, em 21 de novembro de 1854. A unificação desses dois Supremos Conselhos uruguaios, com o reconhecimento do Supremo Conselho brasileiro, ocorre em 17 de julho de 1856 (ROA, 2017).
20. **Supremo Conselho da Argentina**. Com carta patente emitida pelo Supremo Conselho do Brasil, em 12 de junho de 1857, foi fundado o Supremo

<sup>7</sup> De fato, o Supremo Conselho de Cerneau colecionava lideranças da América Latina e Caribe como membros, dentre políticos e oficiais militares. Fonte: PLANAS, 2016.

- Conselho do Grau 33 e Grande Oriente da Confederação Argentina, contando com Miguel Valencia como seu primeiro Grande Comendador, que foi instalado no dia 23 daquele mesmo mês. Valencia havia vivido em exílio no Brasil por muitos anos. Entretanto, no dia 01 de abril de 1858, outro Supremo Conselho é fundado, com o nome de Supremo Conselho do Grau 33 para a República Argentina, sendo José Roque Pérez instalado como Grande Comendador. Pérez era o fundador e Grão Mestre da Grande Loja da Argentina, fundada em 11 de dezembro de 1857. Sua carta patente foi posteriormente emitida pelo Supremo Conselho do Uruguai, em 13 de setembro de 1858. Ambos os Supremos Conselhos coexistiram até 1862, quando o primeiro adormeceu e seus membros remanescentes migraram para o segundo, com carta uruguaia e ainda existente (ARGENTINA, 2020).
21. **Supremo Conselho do Grau 33 do REAA para a República de Cuba.** Nos anos 50 do século XIX, os maçons cubanos, reunidos nas Lojas "Fraternidade #01" e "Prudência #02", procuraram uma das personalidades maçônicas mais conhecidas de todo o mundo para instruí-lhes sobre a fundação de uma Grande Loja: Albert Pike, Grande Comendador do Supremo Conselho da Jurisdição Sul dos EUA. Em 18 de novembro de 1859, fundaram a terceira Loja, "San Andrés #03", que permitiu a fundação da Grande Loja de Colón, em 05 de dezembro de 1859. Em paralelo, Pike concedeu ao cubano André Cassard, que vivia nos Estados Unidos, carta para fundar um Supremo Conselho em Cuba, o que é feito no dia 27 de dezembro de 1859. Seu primeiro Grande Comendador foi Antonio Vinent y Gola, visto que Cassard estava condenado à morte por autoridades espanholas e não poderia permanecer em Cuba (TORRES-CUEVAS, 2013).
22. **Supremo Conselho de Palermo.** Fundado em 1860, concomitante com a fundação do Grande Oriente da Itália, com sede em Palermo, por Giuseppe Garibaldi, líder popular da Segunda Guerra de Independência Italiana. Em 1860, Garibaldi havia liderado as batalhas que renderam o domínio sobre a Sicília e resultaram no Reino da Itália, proclamado em 17 de março de 1861. Garibaldi declarou a sede em Palermo como temporária, até que Roma fosse conquistada (CUCCIA, 2004).
23. **Supremo Conselho dos Estados Unidos Mexicanos.** Fundado em 21 de dezembro de 1860, na cidade de Vera Cruz, contando com o francês Charles Laffon de Ladebat como seu primeiro Grande Comendador. A carta patente foi emitida por Albert Pike, enquanto Grande Comendador do Supremo Conselho da Jurisdição Sul dos EUA. Há ainda o registro de outro Supremo Conselho no México, fundado em 1865, tendo James C. Lohse como Grande Comendador. Esses dois Supremos Conselhos fundiram-se em um, em 28 de abril de 1868, em uma assembleia conjunta que elegeu Lohse como Grande Comendador (MORENO, 2012).
24. **Supremo Conselho da República Dominicana.** Fundado em 16 de fevereiro de 1861, por intermédio de André Cassard, nomeado pelo Supremo Conselho da Jurisdição Sul dos EUA para promover a expansão do Rito Escocês pelo Caribe de língua espanhola. Seu primeiro Grande Comendador foi Pedro Santana, então Presidente da República Dominicana em final de mandato (LOPEZ-PENHA, 1962).
25. **Supremo Conselho de Egito e Turquia.** Fundado em 1861, pelo inglês Hyde Clarke, que declarava ter autorização do Supremo Conselho da França. Seu primeiro Grande Comendador foi o Príncipe Abdülhalim Pasha. Esse Supremo Conselho foi regularizado quando reconhecido pelo Supremo Conselho da Jurisdição Sul dos EUA, em 1869. No ano anterior, Robert Morris<sup>8</sup> havia tecido elogios à Clarke e, quando do reconhecimento, foi a vez de Albert Pike, então Grande Comendador (FLANDREAU, 2016).
26. **Supremo Conselho de Turim.** Fundado em 16 de dezembro de 1862 por Ferdinando Gherzi, Frederico Piret e Gabriele Murin, que eram membros do Supremo Conselho de Palermo. Ferdinando Gherzi foi seu primeiro Grande Comendador. Sua fundação foi impulsionada pelo surgimento, no ano anterior, do Grande Oriente Italiano, em Turim, sucessor do Grande Oriente Italiano de 1805, que havia sido fundado pelo Supremo Conselho de Milão.<sup>9</sup> Por conta disso, o Supremo Conselho de Turim declarava-se sucessor do Supremo Conselho de 1805 (MOLA, 2001).
27. **Supremo Conselho Central Colombiano.** Fundado em 1864, em Bogotá, por Tomás Cipriano

<sup>8</sup> Robert Morris foi o idealizador e fundador da Ordem da Estrela do Oriente e foi Grão-Mestre da Grande Loja do Kentucky. Ele teve contato com Clarke quando de sua viagem ao Oriente Médio para realizar pesquisas.

<sup>9</sup> Esse Grande Oriente Italiano em Turim concedeu a Garibaldi, que servia como Grão-Mestre do Grande Oriente da Itália em Palermo, o título de Grão Mestre Honorário Ad Vitam e de "Primeiro Maçom da Itália".

- de Mosquera, então Presidente da Colômbia, que assumiu como Grande Comendador (NMJ, 1881) e supostamente concedeu a si mesmo um curioso 34º grau. Funde-se com o Supremo Conselho de Nova Granada, em 12 de agosto de 1938, surgindo assim o Supremo Conselho do Grau 33 para a República da Colômbia, que chegou a sediar a conferência internacional de 1970, em Barranquilla, e permaneceu em atividade até 1983, quando então perdeu seu reconhecimento.
28. **Supremo Conselho de Florença/Roma.** Fundado em 1869 em Florença, então capital da Itália, esse Supremo Conselho é transferido em 1872 para Roma, que havia tornado-se a nova capital italiana em 27 de janeiro de 1871. Sua criação fazia parte do projeto de Garibaldi e lideranças maçônicas que o seguiam, de uma unificação maçônica italiana que refletisse e fortalecesse a ideia de uma única Itália (MOLA, 2001).
29. **Supremo Conselho de Chile.** Fundado em 11 de maio de 1870 e instalado em 23 de julho de 1871, na histórica cidade portuária de Valparaíso, tendo Juan de Dios Merino Benavente como seu primeiro Grande Comendador. Sua carta foi concedida pelo Supremo Conselho da Inglaterra e País de Gales. A intenção dos fundadores era de que o Supremo Conselho exercesse autoridade sobre a Grande Loja do Chile, formando assim o Grande Oriente Nacional do Chile, como ocorria em outros países latino-americanos com seus Grandes Orientes, que seguiam o modelo do Grande Oriente de França. Com a recusa da Grande Loja do Chile, mais enfaticamente em sua declaração de 31 de julho de 1873, o Supremo Conselho simplesmente deixou de se reunir (SÁNCHEZ, 2009).
30. **Supremo Conselho Centro-americano.** Fundado em 09 de janeiro de 1871, na cidade de São José, Costa Rica, com carta patente emitida pelo Supremo Conselho de Nova Granada. Francisco Calvo, sacerdote católico, serviu como seu primeiro Grande Comendador. Sua jurisdição maçônica cobriu Costa Rica, El Salvador, Nicarágua, Honduras e Guatemala. A sede foi transferida da Costa Rica para Guatemala em 1887 (VALDÉS, 2009).
31. **Supremo Conselho do Grau 33 do REAA para a República do Paraguai.** Fundado em 01 de junho de 1871, concomitante com a fundação do Grande Oriente do Paraguai. Contou com o Dr. Juan Adrián Chaves como seu primeiro Grande Comendador. Ele era chefe do corpo médico dos Fuzileiros Navais do Brasil em serviço no Paraguai. Seu Lugar-Tenente era Hermes Ernesto da Fonseca, Coronel do exército brasileiro. Nessa época, Assunção, capital do Paraguai, estava sob ocupação das Forças Armadas do Brasil, o que teria durado de 1869 a 1876. Com a retirada das tropas brasileiras, o Supremo Conselho parou de funcionar, sendo reerguido apenas em 03 de janeiro de 1896, dessa vez com carta do Supremo Conselho do Uruguai (PARAGUAI, 2020).
32. **Supremo Conselho da Grécia.** Fundado em 24 de julho de 1872, com carta emitida pelo Supremo Conselho da Escócia. Seu primeiro Grande Comendador foi Demetrius Rhodocanakis, que havia sido eleito Grão-Mestre apenas dois dias antes (GOU, 1873). Rhodocanakis foi convidado por lideranças da maçonaria grega a tornar-se Grão-Mestre por sua condição de príncipe, que, ao que tudo indica, era falsa.
33. **Supremo Conselho do 33º e Último Grau da Suíça.** Fundado em 30 de março de 1873 com autorização do Supremo Conselho da França. Seu primeiro Grande Comendador foi Jules Besançon, a quem, apenas dois anos depois, recaiu a responsabilidade de ser o anfitrião do memorável Congresso de Lausanne, de 1875 (SUÍÇA, 2020).

### 3. Considerações Finais

É inegável o protagonismo de Grasse-Tilly na primeira década de internacionalização do Rito Escocês Antigo e Aceito (ISMAIL, 2016). Entretanto, faz-se necessário observar que essa expansão inicial somente foi possível e ocorreu graças às Guerras Napoleônicas e à posição de destaque que Grasse-Tilly ocupava como assessor do Marechal Kellermann.

Assim, vê-se que a França, no período napoleônico, adotou estratégia similar à do Império britânico, que também tinha na Maçonaria uma instituição presente e ativa na consolidação sociopolítica de sua expansão (HARLAND-JACOBS, 1999). Por meio de organizações maçônicas, era possível integrar a elite nativa com a elite colonizadora (HARLAND-JACOBS, 2007). Essa integração, regulada pela hierarquia, disciplina e moralidade maçônicas, proporcionava uma elite nativa condizente com o que Foucault chamava de "corpos dóceis" (FOUCAULT, 2004), além de redes sociais e de poder úteis em iniciativas diplomáticas (FREITAS NETO, 2019). Essa teoria é reforçada pela manutenção francesa da "tradição maçônica" de escolha de um representante local de seu império como governante da organização maçônica então criada. A diferença observada é que, nos casos britânicos, as organizações maçônicas eram criadas com status de subordinação (Grandes Lojas Provinciais), enquanto que os Supremos Conselhos já nasciam independen-

- tes.
- Outro fenômeno observado é o comportamento padrão dos excluídos do mainstream. Tanto o Supremo Conselho de Cerneau quanto o Grande Colégio de Ritos do Grande Oriente de França, ambos em situação desfavorável perante a concorrência interna em seus próprios países e rejeitados pelos principais Supremos Conselhos do mundo, buscaram exportar seus modelos para os países latino-americanos que haviam conquistado há pouco suas independências e que ainda eram, de certa forma, negligenciados pelo mainstream. Ainda, supõe-se que o fato de serem dos EUA e da França, as duas referências revolucionárias da época, era algo que colaborava com o processo de empatia das lideranças locais.
- O caso de Cerneau foi solucionado a partir de 1867. Já o Grande Oriente de França, quando de sua reforma após o Congresso de Lausanne (1875), em 1877, sofreu não apenas o isolamento das Grandes Lojas, mas também o abandono da maioria de seus filhos, Grandes Orientes e Supremos Conselhos.
- Interessante observar que o Rito Escocês Antigo e Aceito, que nasceu em 1801, de modo tão tímido e respeitoso perante os graus simbólicos e suas Grandes Lojas, viria a ser a mola propulsora da Maçonaria no decorrer daquele século XIX, criando um novo processo de reprodução maçônica, com seus Supremos Conselhos sendo fundados concomitante com as Grandes Lojas ou Grandes Orientes dos países e, em alguns casos, até mesmo antes desses.
- A partir daí, o Rito Escocês tornou-se não apenas predominante em todo o mundo maçônico latino e latino-americano, mas, via de regra, a pedra angular do mesmo, tendo sido protagonista ou partícipe das principais mudanças, seja criação, cisão, fusão, ruptura, aliança ou tradição, que tenham ocorrido nessas jurisdições maçônicas nos últimos dois séculos.
- 4. Referências**
- ARGENTINA, Supremo Conselho. *Origen del Supremo Consejo del Grado XXXIII Para La República Argentina*. Disponível em: <http://scg33argentina.org/>
- BENIMELI, José Antonio Ferrer. *Masonería, Iglesia, Revolución e Independencia*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2015.
- BOLETIM do Grande Oriente do Brasil. No. 2, Ano 11. Rio de Janeiro: J. P. Hildebrandt, 1882.
- BOLETIM do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil. Ano 02, N. 10 a 12. Rio de Janeiro: Typographia do GOUSCB, Outubro a Dezembro de 1873.
- CARNICELLI, Americo. *Historia de la masonería colombiana 1833-1940*. Bogotá: publicado pelo autor, 1975.
- CLAVEL, François-Timoléon Bègue. *Histoire pittoresque de la franc-maçonnerie et des sociétés secrètes*. Paris: Pagnerre éditeur, 1843.
- CUCCIA, Andrea. *Dieci tavole architettoniche sulla massoneria*. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2004.
- DE HOYOS, Arturo; MORRIS, Brent. *Freemasonry in Context: History, Ritual, Controversy*. Lanham, MD: Lexington Books, 2004.
- ENGLAND & WALES, Supreme Council. *History*. Disponível em: <http://www.sc33.org.uk/history.html>
- FLANDREAU, Marc. *Anthropologists in the Stock Exchange: A Financial History of Victorian Science*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2016.
- FOR SCOTLAND, Supreme Council. Website oficial. *History*. Disponível em: <http://www.supremecouncilforscotland.org/history.html>
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- FREITAS NETO, Edgard da Costa. REDES DE SOCIABILIDADE, REDES DE PODER: Maçonaria e Diplomacia Track 2 na África Francófona. *Dissertação* (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 197 p., 2019.
- GUARNER, Vivanco. *Historia del Supremo Consejo del Grado 33 para Espana y sus Dependencias y de la Maçonaria Espanola*. Mexico, DF: own publication, 1961.
- HARLAND-JACOBS, Jessica. "Hands Across the Sea": The Masonic Network, British Imperialism, and North Atlantic World. *Geographical Review*, Vol. 89, Issue 2, p. 237–253, 1999.
- HARLAND-JACOBS, Jessica. *Builders of Empire: Freemasons and British Imperialism, 1717-1927*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2007.
- ISMAIL, K. 1804: o bom filho à casa torna. *Astréa: Revista de Estudos Maçônicos*, Ano XCI, N. 38. Rio de Janeiro: jan-jun, 2016, p. 22-25.
- ISMAIL, K. *Ordem sobre o Caos*. Brasília: No Esquadro, 2020.
- LEPPER, J. H.; CROSSLE, P. *History of the Grand Lodge of Ireland*, Vol.I. Dublin: Lodge of research, 1925.
- LOPEZ-PENHA, H. H. *Resena Histórica del Supremo Consejo del Grado 33 y Ultimo del Rito Escocés Antiguo y Aceptado para la República Dominicana*. Trujil-

lo: Editora Montalvo, 1952.

MOLA, Aldo Alessandro. *Storia della Massoneria in Italia*. Milano: Bompiani, 2001.

MORENO, C. F. M. Estado Nación laico y secularización masónica en México. *REHMLAC*. Vol. 3, Nº 2, Diciembre 2011-Abril 2012.

NORTHERN MASONIC JURISDICTION, Supreme Council. Official Website, About, *History*. Disponível em: <https://scottishritenmj.org/about/history>

PARAGUAI, Supremo Conselho do Grau 33 do REAA para a República do. *História*. Disponível em: <http://www.scg33.org.py/web.html>

PERRAMÓN, Edgar. *Breve história del Supremo Consejo de la Masonería Venezolana*. Caracas: edição do autor, 2010.

PLANAS, J. A. *Masones en la nobleza de España: Una hermandad de iluminados*. Madrid: La Esfera de los Libros, 2016.

PROCEEDINGS of the Supreme Council of Sovereign Grand Inspectors General of the Thirty-third and Last Degree of the Ancient Accepted Scottish Rite of Freemasonry for the Northern Masonic Jurisdiction of the United States of America. 20th of September, 1881.

PROCEEDINGS of the Supreme Council of Sovereign Grand Inspectors General of the Thirty-third and Last Degree of the Ancient Accepted Scottish Rite of Freemasonry for the Northern Masonic Jurisdiction of the United States of America. 20th of September, 1881.

ROA, Efraín Cano. Nacimiento y desarrollo de la masonería uruguaya en el siglo XIX. *REHMLAC*, vol.8, n.2, San Pedro, Montes de Oca, Jan/Apr, 2017.

SÁNCHEZ, Manuel Romo. Antecedentes para la historia de la masonería capitular en Chile entre 1895 y 1903. *ARCHIVO MASÓNICO*, Revista Cuatrimestral. Nº 18. Santiago, Chile, 1º julio 2009.

SOMMERS, Susan Mitchell. Robert Thomas Crucefix, Redux. *Journal for Research into Freemasonry and Fraternalism*, (Autumn 2013), 73-97.

SUIÇA, Supremo Conselho do 33o. e Último Grau da. *História*. Disponível em: <https://www.aasr.ch/e/geschichte-e.php>

TORRES-CUEVAS, Eduardo. *Historia de la masonería cubana: seis ensayos*. La Habana: Imagen Contemporánea, 2013.

VALDÉS, Roberto. Origen, miembros y primeras acciones de la masonería en El Salvador (1871-1872). *REHMLAC*, Vol. 1, N. 1, May-Nov 2009, p. 157-171.

## Resenha da Publicação:

ISMAIL, Kenno. **ORDEM SOBRE O CAOS**. Brasília: No Esquadro, 2020. 300 páginas.

Cloves Gregorio Chaves Filho <sup>1</sup>

Quando falamos de material para suporte do Rito Escocês Antigo e Aceito (REAA), mesmo este sendo o mais praticado pela Maçonaria brasileira, sempre recorreremos a literatura estrangeira, de autores como Rex R Hutchens, Albert Pike, Arturo De Hoyos, dentre outros, muita das vezes sem traduções, ou quando possuem versões em português, estão são traduzidas sem esmero, tornando a leitura sofrível. Nesse cenário, Kenno Ismail, escritor consagrado na literatura maçônica, conhecido por abordar diversos temas com sobriedade e compromisso com a verdade, mergulha fundo na história e simbolismo do REAA, através de sua mais recente obra "Ordem sobre o Caos".

Com prefácio do Irmão Jorge de Andrade Lins, Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho do Grau 33 do REAA da Maçonaria para a República Federativa do Brasil, já diz a que veio e anuncia a valiosa obra que temos na mão, relatando como foi escalado e narrando de forma sucinta o que está por vir.

O autor inicia o livro conceituando o que é a fraternidade, abordando definições da Coil's Masonic Encyclopedia, do Mito Maçônico de Jay Kinney e do famoso "Ritual de Behring", sintetizando em um conceito pouco abordado, ligando a "Arte Real" a ciência aplicada, deixando claro qual será a didática e o obje-

tivo a ser alcançado com a leitura desta obra.

Ismail aproveita a introdução para comparar os graus superiores ao sistema de Ensino Superior, e analisando essa premissa, ressaltando a importância do hábito da leitura na graduação através das palavras de Ferreira (2009):

A importância da leitura pode ser considerada um manual para principiantes em graduação, que através de uma linguagem clara e objetiva mostra que o ato de ler exige uma consciência crítica, sistemática, adquiridos através da prática.

Tendo em vista o exposto, unido a intenção do autor em oferecer um material de apoio que sirva de calibrador aos irmãos que galgam os graus superiores, só tenho a dizer que o livro começa com o pé direito.

Após essa fantástica introdução, o autor passeia pela deliciosa história da formação e desenvolvimento do rito, não deixando de abordar personagens clássicos e importantes que figuraram em seu cerne, assim como a construção dos rituais simbólicos, o fatídico congresso de Lausanne e a vinda e o crescimento do rito no Brasil. O autor ainda apresenta a

<sup>1</sup> Cloves Gregorio Chaves Filho é editor de livros, formado pela Casa Educação, e licenciando em História pela Universidade Paulista e também autor do blog Maçonaria Tupiniquim cujo foco é a história da Maçonaria no Brasil. E-mail: [clovesgcf@gmail.com](mailto:clovesgcf@gmail.com)

curiosa Loja Bouclier D'Honneur, ou seja, a primeira Loja a trabalhar no Rito Escocês Antigo e Aceito em terras tupiniquins.

Após ser pontual acerca da história, o irmão Kenno nos brinda com informações da estrutura, organização e funcionamento do rito, apresentando os grandes oficiais, graus, interstícios e finalizando, explicando o calendário utilizado no Supremo Conselho. Tudo isso antecedendo um capítulo que vai explicar grau a grau a cronologia alegórica, a lenda, moral e simbologia. Ao final do livro tem as conclusões do autor, que não termina por aí, completando a obra com apêndices contendo glossário dos termos em latim, uma tabela estrutural do rito, além das notas que totalizam 143 referentes aos apontamentos no decorrer da obra.

Não bastasse o conteúdo esplêndido, a apresentação do livro é bonita demais. Capa dura em bordô com letras e detalhes dourados, lembrando as versões clássicas do Moral e Dogma. As folhas são em papel pólen 80g, que além de dar um "quê" de antiguidade, é mais confortável para leitura. A diagramação tem um design moderno, com letras capitulares charmosas ao início de cada capítulo. Completando a cereja do bolo, a obra ainda traz gravuras de João Guilherme da Cruz Ribeiro, um dos maiores artistas se tratando de ilustrações acerca da maçonaria. No curso de editoração de livros, aprendemos a transformar um livro em objeto de desejo, e o autor tomando a frente do projeto editorial, sem poupar recursos na confecção, conseguiu atingir esse objetivo com êxito.

O título do livro é proveniente da expressão em latim *Ordo ab Chao*, que também é lema do Rito Escocês Antigo e Aceito. Mackey em sua enciclopédia nos esclarece que o lema é:

Uma expressão latina, que significa Ordem fora do caos. Um lema do Trigésimo Terceiro Grau e tem a mesma alusão que *lux in tenebris*, que vemos neste trabalho. A invenção deste lema deve ser atribuída ao Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito em Charleston, e foi encontrada

pela primeira vez na Patente do Conde de Grasse, datada de 1 de fevereiro de 1802.

Acredita-se que o lema tenha origem na alusão de levar ordem sobre o caos que a maçonaria dos graus superiores se encontrava nos Estados Unidos da América. Arturo De Hoyos inclusive brinca com esse trocadilho ao abordar o tema em seu artigo "Cerneauism & Anti-masonry: Two Plaques of 19th-Century Masonry."

Para realidade da maçonaria brasileira, infelizmente o estudo dos graus superiores do REAA em português ficava a mercê de uma série de publicações desconexas, que não comunicavam-se entre si, espalhadas pela terra sem lei da internet, deixando os irmãos a deriva e sem certeza se o que estavam consumindo era fidedigno, e em meio a esse caos, chega a obra do Irmão Kenno.

Ordem Sobre o Caos é uma obra prima e leitura basilar para quem quer conhecer o Rito Escocês Antigo e Aceito, se consagrando no Hall de referências para estudiosos.

#### Referências:

Masonic Dictionary. Disponível em: <http://www.masonicdictionary.com/ordoabchao.html>. Acesso em 07 de maio de 2020.

HOYOS, Arturo de. Cerneauism & Anti-masonry: Two Plaques of 19th-Century Masonry. Disponível em: <https://scottishrite.org/about/media-publications/journal/article/cerneauism-anti-masonry-two-plagues-of-19th-century-masonry/>. Acesso em 07 de maio de 2020.

FERREIRA, Maria Regina. A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NO ENSINO SUPERIOR. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/48999.pdf>. Acesso em 07 de maio de 2020.

ISMAIL, Kenno. *ORDEM SOBRE O CAOS*. Brasília: No Esquadro, 2020.

# Sobre a Revista

## Foco e Escopo

A Revista "Ciência & Maçonaria" é a primeira revista acadêmica no Brasil dedicada a contribuições acadêmicas em um campo de pesquisa cada vez mais estudado: a Maçonaria. Seu formato é exclusivamente eletrônico e com publicações semestrais. Sua finalidade é publicar produção multidisciplinar relacionada à Maçonaria de especialistas, professores e alunos de diversas universidades. O objetivo é disponibilizar conhecimento sobre Maçonaria e democratizar a produção acadêmica sobre esse objeto de pesquisa: a Maçonaria.

A Revista "Ciência & Maçonaria" destina-se à publicação de textos inéditos na modalidade de artigos, ensaios e resenhas. Trata-se de um espaço aberto para professores, pesquisadores e estudantes que desejam publicar suas análises, reflexões e resultados de pesquisas realizadas. A revista também está aberta ao público maçônico em geral para suas contribuições. Considera-se ainda, como principal requisito para publicação na Revista "Ciência & Maçonaria", que a produção apresente conteúdo analítico-interpretativo, de maneira coerente com rigor científico na área de estudo das ciências humanas e sociais.

Os artigos podem ser das seguintes CATEGORIAS: teórico, empírico, ensaio ou resenha bibliográfica:

### **Artigo Teórico**

O artigo teórico deverá basear-se em questões maçônicas ligadas a uma das ciências humanas e sociais e apresentar uma reflexão/interpretação crítica dos fenômenos observados, sustentado por referências bibliográficas relevantes.

### **Artigo Empírico**

O artigo empírico deverá fundamentar-se em procedimentos metodológicos relevantes, na tentativa do desenvolvimento de análises e interpretações que produzam avanço ou conhecimento na área.

### **Ensaio**

O ensaio trata-se de uma forma livre de análise e interpretação de fenômenos relacionados à Maçonaria, apresentando novas perspectivas e enfoques sobre temas relevantes; contribuindo assim para o avanço da produção científica.

### **Resenha**

A resenha consiste em análise crítica de livros, teses, dissertações e monografias, publicadas no Brasil e no exterior sobre Maçonaria.

## Processo de Avaliação pelos Pares

O processo de avaliação da Revista Ciência & Maçonaria consiste nas seguintes etapas: O artigo original será analisado pelo editor responsável da revista, de modo a se analisar se cumpre com os requisitos temáticos e metodológicos e definir a área de avaliação o qual será direcionado. Com a etapa de definição, o artigo será enviado a dois avaliadores externos, preservando o anonimato dos autores e entre os avaliadores (peer blind review), que por sua vez, procederão de acordo com os critérios:

1. Publicar sem alterações;
2. Publicar com pequenas alterações, efetuadas pelos avaliadores;
3. Retornar ao autor com orientações de correções a serem efetuadas, podendo ser publicado posteriormente;
4. Retornar ao autor com a reprovação do artigo, sem publicação posterior.

## Periodicidade

A Revista "Ciência & Maçonaria" apresenta volumes anuais com periodicidade semestral; sendo dois números por ano. A RC&M apresenta-se em formato digital, onde o leitor pode facilmente efetuar buscas por temas, títulos, autores, além de possibilitar salvar os artigos em formato ".pdf" quando necessário, sem a necessidade de autorização prévia. Os volumes serão divididos em:

N.1: Jan/Fev/Mar/Abr/Mai/Jun/ - publicado em Julho

N.2: Jul/Ago/Set/Out/Nov/Dez - publicado em Janeiro

## Política de Acesso Livre

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

## Seções

A Revista Ciência & Maçonaria é dividida nas seguintes seções, nas quais os artigos a serem submetidos devem ser enquadrados:

1. Linguística, Filosofia e Simbologia.
2. História.
3. Sociologia, Antropologia, Administração, Ciência Política, Pedagogia e Direito.
4. Teologia.
5. Psicologia e Pedagogia.

## Diretrizes para Autores

A submissão de trabalhos deverá ser feita por meio do *website* da revista e seguindo estritamente o formato exigido pela mesma, respeitando ainda as condições para submissão e de acordo com os termos relativos a direitos autorais publicados no website: [www.cienciaemaconaria.com.br](http://www.cienciaemaconaria.com.br)

Atenciosamente,

Conselho Editorial



**C&M**



**Revista  
Ciência &  
Maçonaria**

**Realização:**

**NP3**  

---

**CEAM | UnB**